

Sumário

Número de notícias: 44 | Número de veículos: 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cenário desafiador à frente 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR: estados perdem menos de R\$ 5 bi, diz Receita 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Eike é cobrado em R\$ 3,5 bilhões por dívida da MMX 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Proposta para IR tem milionários como alvo único 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita calcula impacto de isenção do IR para Estados 12

A GAZETA - MT - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Setor de eventos perde benefício 13

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entenda de onde vem a dívida de R\$ 3,5 bi que pesa sobre Eike no momento em que ele tenta voltar aos negócios 14

PORTAL R7 - NACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Greve dos auditores: entenda como paralisação pode impactar restituição do Imposto de Renda 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

China está com pouco dinheiro em caixa para enfrentar Trump 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo eleva teto de juros do consignado do INSS 20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Teto de empréstimo do INSS sobe para 1,85% 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Juro da Caixa no consignado gera dúvida 22

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

São Paulo, Rio e Brasília lideram gestão empresarial no Brasil 24

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Veja o desconto do Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 7.500 com a reforma	26
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO	
Cotado para 2026, Zema critica "gastança" de Lula, mas elogia isenção do IR	28
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Congresso deve 'resistir a lobbies' na Reforma Tributária, diz Haddad	31
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Ajuste fiscal "robusto" será precisopós-2026, diz Tebet	32
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad: implementação da reforma tributária vai até 2032	33
FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: projeto prevê desconto para setor serviços e pode aumentar alíquota geral (Reforma tributária)	34
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lula se reúne em Tóquio com primeiro-ministro do Japão	36
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
No Japão, Lula discursa para empresários e diz que o Brasil é um porto seguro para investidores estrangeiros	37
PORTAL UOL - REPORTAGEM REFORMA TRIBUTÁRIA	
Queda de braço Itaú vs Itaúsa: quem ganha em valorização e dividendos?	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Estrangeiros responderam por metade da oferta de ações da Caixa Seguridade - COLUNA BROADCAST	42
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Algum alívio no bolso	44
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Oracle investe R\$ 40 milhões em centro de inovação	46
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Mercado espera cobre a US\$ 12 mil em2025	48
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Empresa consegue mudar classificação de dívida de ICMS e obter desconto em acordo de transação	49

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

JBS encerrou 2024 com lucro de R\$ 9,6 bilhões 51

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Tecnologia impulsiona crescimento 53

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

A Europa e a reconstrução da ordem mundial (Artigo) 54

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

BC quer ver PIB mais fraco e indica juros altos durante período maior 56

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Juros sobem, mas o governo segue gastando (Artigo) 58

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Economistas veem tom mais duro do BC em mensagem da ata 59

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para que não restem dúvidas (Editorial) 60

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

AGU faz bem em disciplinar ação da primeira-dama (Editorial) 61

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Mello vê cenário melhor para alimentos - LU AIKO OTTA 62

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pará pode ser epicentro da bioeconomia na Amazônia 64

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Protecionismo sinaliza antidumping recorde 66

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Confiança do consumidor volta a subir após três recuos seguidos 68

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Turquia expõe o risco de uma guinada autoritária global 69

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Japão vai enviar missão técnica ao Brasil para inspecionar FRIGORIFICOS 71

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado vê Selic ao redor de 15% após tom duro do Copom em ata 73

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BC deixa opções em aberto para mais aperto nos juros 75

Quarta-Feira, 26 de Março de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Tombo da confiança do consumidor assusta investidor nos EUA.....77

Cenário desafiador à frente

RAFAELA GONÇALVES

O Comitê de Política Monetária (Copom) indicou que o ciclo de alta da taxa básica de juros não terminou, mas os próximos ajustes devem ser de menor magnitude. Na ata da última reunião, divulgada ontem, o colegiado sinalizou que pretende diminuir o ritmo das altas da Selic a partir da próxima reunião, mas que o ciclo de aperto monetário ainda continuará.

Na reunião da semana passada, o Comitê decidiu elevar a taxa básica de juros em um ponto percentual, para 14,25% ao ano.

Na ata, o colegiado atribuiu a alta recente a um ambiente externo que tende a se complicar, com incertezas em torno de políticas nos Estados Unidos - que têm impacto sobre as expectativas de inflação, além de restringirem novos investimentos.

"O ambiente externo permanece desafiador em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, principalmente pela incerteza acerca de sua política comercial e de seus efeitos", destaca o documento, que acrescenta: "Esse contexto tem gerado dúvidas sobre os ritmos da desaceleração da inflação, em relação ao ritmo de crescimento nos demais países e à postura do Federal Reserve (banco central dos EUA)".

O documento também reforça que o tamanho total do ciclo será ditado pelo "firme compromisso de convergência da inflação à meta" e dependerá da evolução do cenário econômico. "O Comitê também julgou apropriado comunicar que o próximo movimento seria de menor magnitude", diz o comunicado. A projeção é de que a taxa Selic encerre 2025 em 15% ao ano, segundo estimativas do Boletim Focus. O Copom afirmou, ainda, que avalia a desaceleração da atividade econômica, que influi na convergência da inflação para a meta.

A ata sinaliza que a política monetária seguirá restritiva por conta do cenário inflacionário.

"A decisão de elevar a Selic para 14,25% ao ano reforça a preocupação com a persistência da inflação, especialmente nos serviços", avaliou Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike.

Para Carlos Braga Monteiro, CEO do Grupo Studio, as recentes declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, alinham-se à cautela do Copom.

"O ministro reconhece que a alta da Selic já estava prevista desde a última reunião do Copom, alinhado à projeção de que a política monetária deve continuar buscando a estabilidade da inflação, mas com moderação", observou.

"O ambiente externo permanece desafiador em função da conjuntura e da política econômica nos EUA, principalmente pela incerteza acerca da política comercial e seus efeitos"

Trecho da ata do Copom

**

Juros do consignado são reajustados

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aumentou, ontem, o teto da taxa de juros no crédito consignado para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Subiu de 1,80% para 1,85% ao mês.

Essa é a segunda alta no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ocorre em meio à elevação na Selic (em 14,25%). A taxa de juros do cartão de crédito consignado e do cartão de benefício ficou mantida em 2,46% ao mês e será discutida posteriormente.

A proposta de uma taxa de 1,85% foi apresentada pelo representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Hélio Queiroz.

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, endossou a sugestão.

"Essa proposta tem razoabilidade.

Estamos buscando caminho.

Já tiveram dois aumentos na Selic, vão ser três. Se a gente aguardar o terceiro, a pancada pode ser muito maior, inclusive, para o aposentado e o pensionista", afirmou.

Lupi reiterou que o aumento na taxa dilui o impacto no futuro.

Na reunião, o ministro disse que não iria apresentar nenhuma proposta fixa para que os conselheiros pudessem construir uma alternativa conjunta. "Estou querendo ouvi-los para chegar em um caminho no

qual todos se sintam parceiros nessa decisão", ponderou.

Os bancos propuseram um teto da taxa de juros do consignado de 1,99% ao mês para recompor 85% do spread. Para o cartão consignado, foi sugerida uma elevação de 2,46% para 2,95% ao mês.

"Nosso pleito é mostrar a necessidade de fazer um aumento para poder suprir o público, que hoje está carente dessa oferta pelo fato de a taxa estar abaixo do necessário", disse o representante das instituições financeiras, Ivo Mósca.

Na reunião de 9 de janeiro, o CNPS aumentou o teto da taxa de juros no crédito consignado para beneficiários do **INSS** de 1,66% para 1,80% ao mês, quando a Selic estava em 12,25% ao ano.

**

Impacto menor do IR

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, afirmou, ontem, que o impacto da reforma do Imposto de Renda sobre estados e municípios deve ficar abaixo de R\$ 5 bilhões, bem abaixo das estimativas apresentadas pelos entes. A estimativa foi apresentada em evento promovido pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

A projeção anunciada por Barreirinhas é porque governadores e prefeitos têm manifestado preocupação com o impacto da medida desde a apresentação do projeto, alegando que sofrerão perda de arrecadação por conta do aumento da faixa de isenção do IR para quem recebe até R\$ 5 mil de salário, o que reduziria a retenção do desconto na fonte.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) havia calculado que a ampliação da isenção poderia representar queda de R\$ 11,8 bilhões de recursos anuais apenas para as prefeituras.

As unidades da Federação argumentam que a arrecadação do IR é dividida com os municípios via Fundo de Participação Estadual (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O governo prevê que aproximadamente 10 milhões de pessoas serão beneficiadas pelo projeto, a partir de 2026. Segundo Barreirinhas, o fisco está finalizando cálculos que apontam para um custo muito menor do que o previsto pelos municípios.

O secretário frisou que o aumento da arrecadação sobre contribuintes de alta renda compensará a perda

com a isenção.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7140/26-03-2025.html?all=1>

IR: estados perdem menos de R\$ 5 bi, diz Receita

THAÍS BARCELLOS

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, afirmou que o impacto da ampliação da isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil para estados e municípios não deve superar R\$ 5 bilhões ao ano. Os estados já se articulam para assegurar medidas de compensação ao projeto de lei do governo federal.

Municípios e estados perderiam principalmente devido ao IR retido na fonte de servidores, que fica inteiramente com o governo no qual esse trabalhador está empregado. Por isso, a compensação anunciada com imposto mínimo para alta renda só cobre em parte as perdas de estados e municípios.

- Menos de R\$ 5 bilhões com toda a certeza para os 26 estados e o Distrito Federal, e os mais de 5 mil municípios. Temos que calcular a retenção para essa renda salarial. É um compromisso da Receita refinar esses dados e apresentá-los - disse Barreirinhas, em reunião da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

Para o secretário, os municípios maiores devem ser mais impactados porque têm folha de pagamento mais extensa. Nesse sentido, Barreirinhas argumenta que a proposta do governo federal também deve promover uma "justiça federativa", com a distribuição de renda via Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O governo argumenta que estados e municípios se beneficiarão com o repasse da compensação das altas rendas e com o aumento da massa salarial recebida pelos trabalhadores e com a perspectiva de alta do consumo, ampliando a arrecadação de ICMS, ISS e IBS (**impostos** locais).

Estados como Rio, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, que têm as maiores folhas de pessoal, vão perder receita porque deixarão de reter o tributo na fonte.

'BOLSA REAGE SERENAMENTE'

Segundo estimativas do Comsefaz, sem as medidas de compensação a perda para estados e municípios está estimada em R\$ 22 bilhões. Parte do valor será coberto pelo IR sobre dividendos.

Em outra frente, o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, afirmou que não está preocupado com uma possível fuga de capital estrangeiro do Brasil devido à retenção na fonte de uma alíquota de 10% do Imposto de Renda sobre a remessa de dividendos ao exterior. O Imposto Retido na Fonte (IRRF) é parte da compensação pela ampliação da isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil.

-Eu disse ao ministro (Fernando Haddad, da Fazenda) que não estava preocupado com isso. A reação da Bolsa de Valores confirma minha tranquilidade - disse Marcos Pinto, em reunião da FPE, em Brasília. -A Bolsa reagiu serenamente, e não antecipamos grandes problemas em relação a isso.

Ele citou um "conjunto de circunstâncias" da proposta que indicam que a cobrança retida na fonte não vai afetar os investimentos estrangeiros no país, que são necessários para a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

Segundo o secretário, a principal remuneração ao investimento estrangeiro no país é com ganho de capital, que segue isento, no caso de não residentes, e não em dividendos. Além disso, a distribuição de lucros normalmente é feita por Juros sobre Capital Próprio (JCP), cuja tributação não será alterada.

Além disso, a proposta do governo prevê a devolução do imposto retido se a tributação combinada da empresa e da pessoa física superar, de forma efetiva, 34%. Segundo Marcos Pinto, a recomendação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) prevê a devolução do imposto pago sobre dividendos em um país como forma de abatimento de tributo devido ao exterior:

-A forma mais adequada é avaliar a alíquota combinada de PF e PJ. Para quem ganha mais de R\$ 1 milhão, a taxação combinada é de 13% no Brasil.

Nos EUA, de 30%. Não precisa ir muito longe. Temos inúmeros trabalhadores brasileiros que pagam mais que isso. Infelizmente, temos uma parcela muito pequena da população que paga menos imposto do que todos os brasileiros.

A tributação média para assalariados é de 10% sobre a renda no país; para a elite, é de 2,5%, disse Marcos Pinto.

- Isso está fora de qualquer padrão internacional. Não é agenda de progressividade, mas de equidade, para que os mais ricos paguem o mesmo que os assalariados -disse, refutando as críticas de populismo pela isenção de R\$ 5 mil.

A Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca) foi uma das entidades a manifestar preocupação com a redução da atratividade do Brasil ao investimento externo. O consultor técnico da Abrasca Felipe Salomon ponderou que o mecanismo de devolução, caso a tributação conjunta supere 34%, é complexo.

Ele afirmou que há dúvidas em relação ao cálculo e preocupações em relação ao prazo de solicitação do crédito:

- Na prática, vai ter cinco meses para reaver esse crédito. Vai fazer Pix internacional ou vai usar crédito para compensar outros débitos? Vai ser corrigido pela Selic. O projeto não traz essa previsão. Parece que é um empréstimo compulsório, retido em 2026 com possibilidade de crédito em 2027.

"Menos de R\$ 5 bilhões com toda a certeza para os 26 estados e o DF, e os mais de 5 mil municípios"

Robinson Barreirinhas, secretário da Receita

"Não é agenda de progressividade, mas de equidade, para que os mais ricos paguem o mesmo que assalariados"

Marcos Pinto, secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Eike é cobrado em R\$ 3,5 bilhões por dívida da MMX

VINÍCIUS NEDER

Enquanto ensaia seu retorno a projetos bilionários, como fez em apresentações recentes, o empresário Eike Batista poderá ter de enfrentar, com o próprio patrimônio, a cobrança de uma dívida bilionária, por causa de **tributos** que supostamente não foram recolhidos em transações da MMX, mineradora cuja falência foi decretada em 2021. O governo calcula a dívida em R\$ 3,5 bilhões, mas a defesa do empresário ressalta que os valores finais deverão ser reduzidos.

Na semana passada, a 3- Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2- Região (TRF-2), negou recurso do empresário para evitar a cobrança, revelou ontem o jornal Valor. Por outro lado, a decisão dos desembargadores federais reconhece alguns pleitos que poderão levar a uma redução da dívida, por causa da diminuição das multas.

Segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que representa a União, os R\$ 3,5 bilhões já consideram parte da redução das multas. O advogado Cláudio Pereira de Souza Neto, do escritório Souza Neto e Tarta-rini Advogados, que defende Eike no processo, ponderou que o valor precisa ser recalculado e poderá ser "substancialmente reduzido".

O advogado disse que vai recorrer da decisão, mas não detalhou os próximos passos. E lembrou que o contribuinte sobre o qual recai a cobrança é a MMX. Como sua falência foi decretada em meio ao processo de recuperação judicial, quem responde pelas dívidas da empresa é a massa falida.

- O Fisco entendeu que Eike era corresponsável pela dívida tributária -disse Souza Neto.

Isso significa que a cobrança deve ser feita, primeiramente, sobre a massa falida. Como corresponsável, Eike pode acabar sendo cobrado apenas pelo que não for pago pela massa falida. E ainda há possibilidade de acordo com a PGFN, que inclua a redução do valor para encerrar o caso.

A cobrança começou após a MMX ser autuada pela **Receita Federal** por não pagar corretamente o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre transações societárias entre as empresas. Em

linhas gerais, a acusação é que a compra e venda de participações acionárias entre o emaranhado de empresas que formavam o grupo de Eike servia para pagar menos **impostos**, de forma irregular.

A disputa foi para o Judiciário, onde ocorreu a condenação na primeira instância. A sentença, com a responsabilização pessoal de Eike, foi confirmada pela decisão do TRF-2. "Restou comprovada a ocorrência de simulação e artificialidade das operações praticadas", diz um trecho do relatório do desembargador federal Paulo Leite, que manteve a condenação de Eike com os ajustes nas multas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Proposta para IR tem milionários como alvo único

O Imposto de Renda mínimo proposto pelo Ministério da Fazenda para compensar a desoneração de quem ganha até R\$ 7.000 deve alcançar basicamente pessoas com renda anual superior a R\$ 1 milhão, segundo estudo do economista Sérgio Gobetti, publicado no Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre.

A nota técnica "Estimativas de impacto das mudanças no imposto de renda" mostra ainda que a arrecadação com esse novo tributo pode superar o custo da desoneração proposta em mais de R\$ 10 bilhões. O valor poderá ser menor, no entanto, se houver queda na distribuição de lucros por parte das empresas para fugir dessa tributação.

Gobetti sugere que o Congresso direcione esse possível resultado positivo, caso ele se confirme, para reduzir a tributação do consumo e avalia que é importante não desidratar a proposta do governo com base em valores que podem não se confirmar.

Os cálculos têm como base os dados detalhados das declarações do IRPF de 2017 a 2022 por faixa de renda, disponibilizados pela **Receita Federal**, com algumas estimativas projetadas para os anos seguintes. Em geral, os resultados estão em linha com as projeções do governo federal, que não trabalha, no entanto, com sobra de arrecadação.

Embora o imposto adicional se aplique a rendimentos acima de R\$ 600 mil por ano, Gobetti calcula que dificilmente irá alcançar rendas abaixo de R\$ 1 milhão, devido ao mecanismo que permite olhar toda a tributação da pessoa física.

O valor pago de imposto para rendimentos dentro desse intervalo já é, em média, superior ao mínimo previsto no projeto do governo para essa faixa de renda. "Por isso, pode-se dizer que o imposto mínimo efetivamente só deve atingir os milionários. Na verdade, uma parte deles."

Ele dá como exemplo uma pessoa que tenha recebido R\$ 600 mil de dividendos isentos e R\$ 100 mil de salários. Ela já terá pago cerca de R\$ 13 mil de Imposto de Renda sobre o salário, o que representa 1,9% do ganho total, percentual superior ao mínimo, que seria de 0,8% para uma renda de R\$ 700 mil.

Esse contribuinte não teria nada mais a pagar no ajuste anual. Para que houvesse pagamento do imposto adicional, o peso dos dividendos no somatório das rendas teria de ser ainda maior.

Imposto mínimo efetivamente só deve atingir os milionários"

- Sérgio Gobetti

Ele calcula que a desoneração deve custar R\$ 25 bilhões em 2026, praticamente o mesmo número divulgado pelo governo.

A cobrança do imposto mínimo renderia R\$ 41,7 bilhões se fosse mantido o mesmo ritmo de distribuição de dividendos visto em 2022 para residentes no país. Uma redução de 40% na distribuição de lucros, mais concentrada nas empresas do Simples Nacional, diminui a arrecadação para R\$ 22 bilhões.

Esse é praticamente o valor estimado por ele para a retenção na fonte dos dividendos para pessoas físicas domiciliadas no Brasil (R\$ 23 bilhões), o que significa que haveria pouca restituição no ajuste anual dos residentes no país.

Com base nos dividendos distribuídos em 2022, ele calcula que a Receita deve arrecadar mais R\$ 11,3 bilhões com a retenção na fonte de valores remetidos ao exterior, o que garantiria um superávit nas contas do governo federal. O Ministério da Fazenda estima uma receita de R\$ 8,9 bilhões, valor que pode refletir a queda nessas remessas no ano passado, segundo o economista. Há dados que apontam redução na distribuição desses lucros em 2024, o que pode explicar a projeção mais conservadora do governo.

Gobetti considera que a possibilidade de compensação usando a regra dos 34% (a soma da tributação na empresa e na pessoa física não pode ultrapassar esse percentual) não teria praticamente efeito, pois a alíquota média das empresas no Brasil é bem inferior a isso.

"O resultado fiscal dessas medidas tende a ser superavitário, mesmo em cenários em que consideremos a hipótese de redução significativa na distribuição de dividendos. As medidas se compensam

até mesmo na situação extrema de uma redução na distribuição de dividendos em torno de 40% ou 50%", afirma.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1§ion=1)**

Receita calcula impacto de isenção do IR para Estados

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, anunciou na terça-feira (25) que, pelos cálculos preliminares do Fisco, o impacto para Estados e municípios com a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil/mês é abaixo de R\$ 5 bilhões ao ano.

O órgão, informou o secretário, está refinando os cálculos com base nas regras do projeto de lei, encaminhado ao Congresso na última semana, e vai divulgá-los em breve. Segundo Barreirinhas, apesar de haver um impacto direto com a isenção, uma parte será compensada com a taxação da alta renda.

Somente os municípios estimam que podem perder R\$ 5 bilhões ao ano com a proposta, segundo a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP). Além de haver perda por meio da folha de pagamento servidores, que já recolhem o valor na fonte, os entes alegam que, com o menor recolhimento de IR pela União a partir da isenção, haveria uma perda nas transferências por meio dos fundos de participações dos entes.

Um pouco antes, em almoço com parlamentares da Frente Parlamentar pelo Empreendedorismo (FPE), em Brasília, ele voltou a falar que, entre 2015 e 2022, não houve nenhuma correção na tabela do IR, o que beneficiou os entes durante esse período.

Também presente no evento, o secretário de Reformas Econômicas da Fazenda, Marcos Pinto, reforçou que a proposta compensatória para isenção de Imposto de Renda não deve afetar os investimentos estrangeiros no Brasil, já que o retorno para o investidor não residente é, primordialmente, via ganho de capital, que continua isento.

O projeto de lei encaminhado ao Congresso prevê uma retenção na fonte de 10% dos dividendos pagos a acionistas não residentes, independentemente do valor - para os brasileiros, há um patamar mínimo de recolhimento de R\$ 50 mil por mês, por empresa. Caso a tributação conjunta entre o sócio e a pessoa jurídica ultrapasse o percentual de 34%, haverá devolução do dividendo adicional retido.

Pinto afirmou que a reação do mercado financeiro e da bolsa de valores, que não foi negativa quando o governo apresentou a proposta na semana passada, é uma comprovação de que não haverá impactos nos

investimentos no país. Ele disse, no entanto, que o governo pode fazer ajustes na redação do projeto para deixar claro que o valor recolhido que ultrapassar a alíquota dos 34% será devolvido ao contribuinte.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188149?page=1§ion=1>

Setor de eventos perde benefício

João Freitas

Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) será encerrado a partir de abril, informa **Receita Federal**.

Dessa forma, os incentivos fiscais oferecidos aos segmentos inseridos no "guarda-chuva" da categoria - como hospedagem, alimentação e entretenimento - desde o momento mais crítico da pandemia serão descontinuados e a cobrança integral de **tributos** federais como o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) restabelecida.

De acordo com o documento publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (24), o fim do programa se deu pelo esgotamento do limite de R\$ 15 bilhões em renúncias fiscais, conforme a Lei 14.592/2023 - que já tinha estendido a validade do Perse. A medida desagradou os representantes do setor no estado e em todo o país e um dos pontos que mais gera debates é a concessão do benefício para grandes companhias como o iFood. Para se ter uma ideia, entre janeiro e agosto de 2024, a empresa declarou ter usufruído de R\$ 336,1 milhões em incentivos.

"Além da falta de fiscalização para averiguar quais empresas deveriam ser contempladas, o fim do Perse reacende o sentimento de insegurança jurídica para o empresariado", critica a presidente do Sindicato das Empresas de Eventos e Afins de Mato Grosso (Sindieventos-MT), Alcimar Moretti.

Ela destaca que os empreendedores que trocaram o Simples Nacional pelo regime de lucro presumido - que detém alíquotas maiores - para se enquadrar nos requisitos do programa sofrerão uma elevação de 11% nos gastos com retomada dos **impostos**. "É uma mudança de regras com o jogo em movimento", define.

Alcimar Moretti também destaca que o restabelecimento de **tributos** federais deve prejudicar os resultados do segmento e da economia, em uma análise amplificada. "Em cenários de aperto financeiro, especialmente com a taxa de juros em 14,25% ao ano, as empresas priorizam cortes de despesas tidas como supérfluas e isso afeta o setor de eventos. Programações de grande porte, certamente, serão

readaptadas e transformadas em algo menor.

No caso dos pequenos eventos, a tendência é que não sejam realizados no primeiro momento".

Frente parlamentar busca manter regras

Da Redação

Por meio de nota, a Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape) manifestou preocupação e criticou a falta de transparência na apresentação de dados para justificar o fim do Perse. Segundo a entidade, a decisão do governo de encerrar o programa sem uma transição adequada coloca em risco milhares de postos de trabalho e a continuidade de empresas que planejavam suas atividades com base na previsibilidade dos incentivos fiscais.

Com o iminente encerramento do programa, os setores envolvidos retomam discussões para amenizar os impactos da cobrança integral de **tributos**. A Frente Parlamentar de Comércio e Serviços (FCS) encaminhou à **Receita Federal** um pedido de continuidade parcial do programa, com manutenção de um redutor de 80% na carga tributária até o fim de 2025 e de 50% até dezembro de 2026 - ano inicialmente previsto para o fim do Perse. Ao todo, são 11.491 empresas habilitadas.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Entenda de onde vem a dívida de R\$ 3,5 bi que pesa sobre Eike no momento em que ele tenta voltar aos negócios

Vinicius Neder

Enquanto ensaia seu retorno a grandes projetos empresariais, como fez em apresentações recentes, o empresário Eike Batista pode ter de enfrentar, com o próprio patrimônio, a cobrança de uma dívida bilionária, por causa de **tributos** que supostamente não foram recolhidos em transações da MMX, mineradora que teve a falência decretada em 2021.

O governo calcula a dívida em R\$ 3,5 bilhões, mas a defesa do empresário ressalta que os valores finais deverão ser reduzidos.

Na semana passada, a 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), negou, por unanimidade, um recurso dos advogados do empresário para evitar a cobrança, como revelou o jornal Valor.

Por outro lado, a decisão dos desembargadores federais reconhece alguns pleitos que poderão levar a uma redução da dívida, por causa da diminuição de multas.

Segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que representa a União no caso, o valor de R\$ 3,5 bilhões já contabiliza parte da redução das multas.

O advogado Cláudio Pereira de Souza Neto, do escritório Souza Neto e Tartarini Advogados, que defende Eike no processo, ponderou que o valor ainda precisa ser recalculado e poderá ser "substancialmente reduzido".

O defensor informou ainda que vai recorrer da decisão, mas evitou detalhar os próximos passos da estratégia. Também lembrou que o contribuinte sobre o qual recai a cobrança é a MMX. Como a empresa teve a falência decretada em meio ao processo de recuperação judicial, quem responde pelas dívidas dela é a massa falida.

- O fisco entendeu que Eike era corresponsável pela dívida tributária - disse Souza Neto. - A dívida da MMX entra no processo de falência da empresa.

Isso significa que a cobrança deve ser feita, primeiramente, sobre a massa falida. O administrador judicial pode recorrer da decisão. Na prática, como corresponsável, Eike pode ser cobrado apenas de uma parte do valor, aquele que não puder ser pago pela massa falida. E ainda há possibilidade de acordo com a PGFN, que inclua o pagamento de valor reduzido para encerrar o caso.

O caso é antigo. Em 2022, a juíza federal Bianca Stamato Fernandes, que condenou o empresário em decisão de primeira instância, chegou a determinar a penhora de seus bens para promover a cobrança da dívida.

A cobrança começou após a MMX ser autuado pela **Receita Federal** por não pagar corretamente o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre transações societárias entre as empresas.

Em linhas gerais, a acusação é que a compra e venda de participações acionárias entre o emaranhado de empresas que formavam o grupo empresarial de Eike servia para pagar menos **impostos**.

A MMX foi autuada e multada, mas recorreu administrativamente. O caso foi parar no **Carf**, o órgão superior que decide processos administrativos sobre cobrança de **impostos** no Ministério da Fazenda, com derrota para a empresa.

Depois, a disputa passou para o Judiciário, onde veio a condenação na primeira instância. Essa sentença, com a responsabilização pessoal de Eike pela suposta sonegação, foi confirmada pela decisão do TRF-2.

"Restou comprovada a ocorrência de simulação e artificialidade das operações praticadas pelo embargante", diz um trecho do relatório do desembargador federal Paulo Leite, que manteve a condenação de Eike com os ajustes nas multas.

Segundo a decisão, "a ausência de propósito negocial" nas transações analisadas "pode ser verificada diante da utilização do Centennial Fund", fundo que Eike

usava para exercer suas participações acionárias em diversas empresas de seu grupo, "para fins exclusivamente tributários".

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2025/03/26/entenda-de-onde-vem-a-divida-de-r-35-bi-que-pesa-sobre-eike-no-momento-em-que-ele-tenta-voltar-aos-negocios.ghtml>

Greve dos auditores: entenda como paralisação pode impactar restituição do Imposto de Renda

Brasília|Do R7

A greve dos auditores fiscais da **Receita Federal** completa 121 dias nesta quarta-feira (26), colocando em risco o processo do Imposto de Renda 2025, além de causar atrasos no despacho aduaneiro. A paralisação também ameaça comprometer a meta fiscal do governo federal, ampliando os prejuízos para as contas públicas.

Iniciada em 26 de novembro, a greve busca atender três reivindicações da categoria. São elas:

Segundo a Sindifisco Nacional, responsável pela categoria, 75 mil remessas expressas ficaram paradas nos terminais alfandegários e 500 auditores entregaram suas funções e cargos em comissão.

Como forma de pressionar o governo, a categoria chegou a adotar em fevereiro, a medida "Desembaraço Zero", suspendendo por 15 dias a liberação de mercadorias pela alfândega.

A medida foi finalizada, e até o momento não houve diálogo entre as duas partes, o que continua ampliando os prejuízos para as contas públicas.

Em meio ao impasse com o governo federal, a mobilização dos auditores é responsável pelo prejuízo de R\$ 3,5 bilhões no comércio exterior, devido à quebra de contratos internacionais, custos logísticos e taxas de armazenamento.

Além dos atrasos nas operações aduaneiras, a greve também ameaça o prazo das restituições do Imposto de Renda.

O governo federal liberou a entrega da declaração em 17 de março, mas o modelo pré-preenchida, que já tem informações preliminares dos contribuintes, será liberada apenas no dia 1º de abril.

A versão simplificada é mais utilizada pelos brasileiros, pois ajuda o contribuinte a não cair na malha fina por erro de preenchimento.

Com esse atraso, o sindicato alertou que as chances

de preenchimento com erros, no período entre 17 de março e 1º de abril, são grandes. Como a correção dessas inconsistências exige a atuação precisa de um auditor, os prazos das restituições podem ficar comprometidos.

O pagamento das restituições está previstos para começar em 30 de maio e encerrar em 30 de setembro. Em relação a um possível atraso devido à greve, o R7 entrou em contato com a **Receita Federal**, mas não obteve resposta.

A greve também impactou nas transações tributárias que estavam prestes a serem concluídas, mas foram suspensas e adiadas. Essa defasagem gerou um impacto direto de R\$ 14,6 bilhões na arrecadação federal. Segundo o sindicato, esse montante só será recolhido aos cofres públicos após o fim da greve.

Outro grande impacto da greve está na suspensão das atividades do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, órgão responsável por julgar disputas tributárias entre empresas e a **Receita Federal**.

De acordo com a Sindifisco, os conselheiros que participam das sessões de julgamento, deixaram de pautar processos em janeiro e fevereiro, que totalizam R\$ 145 bilhões em disputas não analisadas.

Na última sexta-feira (21), o presidente do Sindifisco e auditor fiscal, Dão Real, informou que a continuidade da greve, pode comprometer a meta fiscal e o arcabouço fiscal.

"Nós sabemos que um trimestre inteiro parado tem um potencial enorme de comprometer a arrecadação e os planos de trabalho até o final do ano. Portanto, a urgência na solução do pleito é uma urgência para o governo", pontua Dão.

O anúncio foi feito um dia após o Congresso Nacional aprovar a Lei do Orçamento, que prevê a meta fiscal de déficit zero - com uma margem de tolerância de até R\$ 31 bilhões, para mais ou para menos.

A meta fiscal é o objetivo que o governo estabelece

para controlar suas contas públicas em um determinado período. Segundo a Sindifisco, o impacto causado nos três primeiros meses do ano já se aproxima do déficit máximo permitido pela LOA.

*Sob supervisão de Leonardo Meireles

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/greve-do-auditores-entenda-como-paralisacao-pode-impactar-restituicao-do-imposto-de-renda-26032025/>

China está com pouco dinheiro em caixa para enfrentar Trump

NYT ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

No mais recente orçamento do governo da China, alguns números se somam a uma tendência alarmante. A receita tributária está caindo. Esse declínio significa que a China tem menos dinheiro para enfrentar os graves desafios econômicos do país, incluindo a quebra do mercado imobiliário e a quase falência de centenas de governos locais.

A fraca arrecadação de **impostos** também coloca os líderes chineses em uma situação difícil ao enfrentarem o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que impôs tarifas de 20% sobre os produtos da China e ameaçou aplicar mais taxas.

Pequim tem menos dinheiro disponível para auxiliar setores de exportação que estão impulsionando o crescimento econômico, mas que podem ser prejudicados pelas tarifas.

Até os últimos anos, a China desfrutava de uma receita robusta, que era usada para investir em infraestrutura, em um rápido desenvolvimento militar e em amplos subsídios industriais.

Mesmo com a desaceleração gradual do crescimento econômico nos últimos 12 anos, reduzindo os gastos dos consumidores, a receita tributária manteve-se relativamente estável até recentemente.

Ela caiu mais do que nunca no ano passado, por várias razões.

Uma das principais é a deflação - um amplo declínio nos preços. Empresas e o governo chinês estão com menos dinheiro para fazer os pagamentos mensais de suas dívidas.

Desde setembro, as autoridades chinesas prometeram várias vezes que estavam prestes a fazer o que praticamente todos os economistas recomendam: gastar mais dinheiro para ajudar os consumidores com medidas como pensões mais altas, melhores benefícios médicos, mais seguro-desemprego e vale-refeição. Porém, repetidamente, eles apresentaram programas ambiciosos sem fornecer mais do que uma pequena quantidade de gastos extras.

A explicação usual para a frugalidade está na oposição de longa data de Xi Jinping, o principal líder da China, que alertou em um discurso em 2021 que a China "não deve ter objetivos muito altos ou exagerar na **previdência social** e evitar a armadilha do assistencialismo que gera ociosidade".

Mas o orçamento da China para 2025 sugere uma explicação diferente: o governo nacional pode não ter dinheiro. Apesar do recorde de empréstimos, seria difícil encontrar o dinheiro necessário para estimular o consumo.

A receita tributária geral caiu 3,4% no ano passado. Pode não parecer muito, mas é uma divergência considerável em relação à economia geral, que, segundo as estatísticas oficiais, cresceu 5% antes de ser ajustada pela deflação.

A queda da receita tributária significa que os déficits orçamentários da China estão aumentando, não por causa dos gastos extras do governo para ajudar a economia, mas porque há menos dinheiro entrando no caixa. O problema vem se agravando há anos nos governos locais, que têm receitas cada vez menores com a venda de terras públicas, e se espalhou para o governo nacional.

A Fitch Ratings calcula que a receita geral para os governos nacional e local - incluindo **impostos** e vendas de terrenos - totalizou 29% da produção da economia até 2018. Mas o orçamento deste ano indica que a receita geral será de apenas 21,1% da economia em 2025.

Aproximadamente metade do declínio vem da queda na receita das vendas de terrenos, problema relacionado ao colapso do mercado imobiliário, mas o restante vem da fraqueza da receita tributária.

Isso resulta em uma enorme soma de dinheiro. Se a receita geral tivesse acompanhado o ritmo da economia nos últimos sete anos, o governo chinês teria mais US\$ 1,5 trilhão (R\$ 8,6 trilhões) para gastar em 2025.

A China anunciou este mês que permitiria que sua meta oficial para o déficit orçamentário aumentasse para 4% neste ano, após tentar mantê-lo próximo a

3% desde a crise financeira global em 2009. Mas os analistas afirmam que o déficit real já é muito maior, porque a China está contabilizando uma grande quantidade de empréstimos de longo prazo como se fossem receitas fiscais.

Comparando os gastos apenas com a receita real, sem os empréstimos, o orçamento do Ministério das Finanças mostra um déficit equivalente a quase 9% da economia. Em 2018, foi de apenas 3,2%.

"Os déficits são bastante altos, e a dívida está aumentando rapidamente; portanto, eles enfrentam desafios fiscais", disse Jeremy Zook, diretor de classificações soberanas da Ásia e do Pacífico na Fitch.

PALAVRA PROIBIDA. A palavra "deflação" é proibida em documentos oficiais chineses, portanto, o ministério apresentou uma explicação eufemística: "Essa queda deveu-se principalmente ao fato de que os preços ao produtor foram menores do que o esperado". Os preços ao produtor caíram 2,3% na China no ano passado.

A receita dos **impostos** sobre valor agregado começou a se enfraquecer em 2018. Foi quando o governo reduziu drasticamente esses **impostos** para os exportadores com o fim de ajudá-los a compensar o impacto das tarifas impostas pelo presidente Trump em seu primeiro mandato.

O custo dessa redução de **impostos** disparou desde então, pois as exportações da China aumentaram, produzindo um superávit comercial de quase US\$ 1 trilhão (R\$ 5,7 trilhões) no ano passado, mesmo com o restante da economia estagnada.

Outro problema está na queda dos salários e no aumento das demissões, especialmente durante o segundo semestre do ano passado. Os **impostos** sobre a renda cobrados de pessoas físicas ficaram 7,5% abaixo das expectativas no ano passado, informou o Ministério da Fazenda.

As tarifas elevadas impostas pela própria China sobre as importações são outra grande fonte de receita. Mas, como perderam grande parte de suas economias com a quebra do mercado imobiliário, os consumidores chineses reduziram as compras de produtos importados, enquanto os preços de muitos produtos importados caíram. Portanto, a receita dos **impostos** alfandegários ficou 9,2% abaixo das previsões no ano passado, também pelos dados do Ministério das Finanças.

O quadro financeiro deste ano pode ser ainda pior do que o previsto no orçamento. O orçamento repetiu

muitas das mesmas suposições otimistas sobre a receita tributária e o desempenho econômico geral que foram feitas no ano passado.

"Os déficits são bastante altos e a dívida está aumentando rapidamente; portanto, eles enfrentam desafios fiscais"

Jeremy Zook Diretor de classificações soberanas da Ásia e do Pacífico na Fitch

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo eleva teto de juros do consignado do INSS

GERALDA DOCA

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), comandado pelo governo, decidiu ontem aumentar os juros do consignado dos aposentados e pensionistas do **INSS** para 1,85% ao mês.

A taxa anterior era de 1,80% ao mês. Os juros do cartão consignado foram mantidos em 2,46% ao mês.

O teto dos juros ficou abaixo do limite proposto pelos bancos, de 1,99% ao mês para empréstimos com desconto em folha.

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, se posicionou de forma contrária ao aumento dos juros. O representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC) fez uma contraproposta de 1,85% ao mês e houve acordo no colegiado.

O aumento dos juros na modalidade é o segundo neste ano e ocorre após decisão do Banco Central (BC), que elevou a taxa básica de juros (Selic) para 14,25% ao ano, na semana passada. Além de sinalizar que haverá outro aumento em maio.

MENOR MARGEM DESDE 2023

Durante a reunião, os bancos alegaram que a taxa vigente reduz a oferta de crédito para aposentados, diante do aumento do custo de captação. Segundo o setor financeiro, a margem de lucro com a operação é o menor desde janeiro de 2023.

O CNPS é composto por 12 integrantes, sendo seis representantes do Ministério da Previdência; três representantes de aposentados e pensionistas; três dos trabalhadores e três dos empregadores.

Em janeiro, o Conselho elevou a taxa de 1,66% ao mês para 1,80% ao mês.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Teto de empréstimo do INSS sobe para 1,85%

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) decidiu subir de 1,80% para 1,85% ao mês o teto de juros que pode ser cobrado no empréstimo consignado a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), na modalidade com desconto em folha.

A proposta foi apresentada pelo representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Helio Queiroz da Silva. As instituições financeiras pediram que o teto subisse para 1,99%, mas tiveram a proposta rejeitada pela maioria dos conselheiros, que votaram pela proposta da CNC.

O Ministério da **Previdência Social** (MPS) recuou e não apresentou a proposta para subir a taxa para 1,88% ao mês, por decisão do ministro Carlos Lupi. Ele argumentou que o nível atual de juros ainda não está causando prejuízo às instituições financeiras nem à oferta da modalidade.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188149?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188149?page=1§ion=1)

Juro da Caixa no consignado gera dúvida

Álvaro Campos De São Paulo A demanda bastante aquecida pelo novo consignado privado, em um contexto em que o Banco Central (BC) ainda tenta controlar as expectativas de inflação, acendeu um sinal de alerta no mercado. O fato de a Caixa ser o único dos grandes bancos a atuar na nova linha nos primeiros dias de operação, combinado com as taxas baixa praticadas pela instituição, fez ressurgir o recorrente temor de que o governo Lula poderia usar os bancos públicos para fomentar a economia, como foi feito na gestão Dilma Rousseff (PT).

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informou que, desde sexta-feira, foram fechados mais de 48 mil contratos no novo consignado privado, com valor médio de R\$ 7 mil por trabalhador.

No total, já foram liberados R\$ 340 milhões. Até o momento, foram registradas 8,7 milhões de solicitações de crédito e 64,7 milhões de simulações realizadas.

A Caixa está operando o novo consignado com taxas entre 1,60% e 3,17% ao mês, a depender da análise de crédito do cliente. "Após simulação, se o cliente escolher a proposta da Caixa, será direcionado para o Whatsapp Caixa para finalizar a contratação", informou o banco. Não é possível saber que parcela dos clientes terá acesso à taxa de 1,6%.

Conforme o Valor mostrou, nesses primeiros dias a oferta tem sido liderada por fintechs e financeiras, sendo que os grandes bancos ainda não entraram, com exceção da Caixa.

Levantamento feito pelo J.P.

Morgan mostra que a taxa média nos primeiros dias do novo consignado ficou entre 2,99% e 4,99% ao mês. No consignado privado antigo, que exigia acordos bilaterais entre bancos e empresas, a média era de 2,9% em janeiro, segundo dados do BC. Já no consignado INSS é de 1,75% e, para servidores públicos, de 1,82%.

O acompanhamento semanal do BC mostra ainda que, no período de 24 a 28 de fevereiro (dado mais recente), a taxa no consignado privado antigo variou de 1,87% no Itaú a 6,99% ao mês na Valor Financiamentos.

"A tese de que o governo poderia estar usando os bancos surgiu porque só a Caixa está atuando nesses

primeiros dias, mas não acho que seja possível afirmar isso. O sistema ainda não está azeitado e os privados estão esperando essas questões técnicas serem resolvidas", diz um participante do setor, que prefere não ser identificado.

"Nos últimos anos o TCU aumentou muito a fiscalização sobre os bancos públicos, eles analisam por linha de negócio. Essa taxa a partir de 1,6% é baixa mesmo, mas o produto é muito novo, ninguém sabe ainda como vai funcionar a questão da averbação, da inadimplência, eventuais judicializações", diz outro executivo do setor.

Outro interlocutor lembra que o consignado tem prazo mais longo e, como o trabalhador só pode tomar esse crédito com um banco, faria sentido para as instituições ser mais agressivas em taxas nesse começo para conquistar um cliente que muito provavelmente vai renovar a operação e manter o relacionamento por bastante tempo.

"A Caixa sempre praticou, historicamente, taxas um pouco mais baixas no consignado do INSS. Mas acho que tem um exagero do mercado em falar em uso dos bancos públicos", opina um líder do setor.

Para o analista de "sellside", não há razão para preocupação do mercado financeiro, mas a Caixa mostrou que vai praticar taxas mais baixas.

"Fizemos uma simulação e a taxa apareceu com taxa de 2,2%, bem mais baixa que outros 'players'. É muito baixo comparado ao nível de um crédito pessoal", afirma.

Quando a linha estava sendo concluída, a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, disse que iria crescer mais que a média do mercado, mas apoiada em análises técnicas, observando o retorno ajustado ao risco. "No consignado privado queremos crescer mais do que o mercado, espero que o presidente [Lula] fique feliz sim com a gente", afirmou.

Conforme o Valor mostrou em novembro, a Caixa já vinha reformulando sua operação de consignado como, aumentando a rede de distribuição e com novo foco nos beneficiários do INSS. A instituição é vice-líder no segmento, com R\$ 101,5 bilhões em consignado, mas com uma fatia muito maior que a dos rivais em servidores públicos. Procurada, a Caixa não comentou. (Colaborou Guilherme Pimenta, de Brasília)

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1§ion=1)**

São Paulo, Rio e Brasília lideram gestão empresarial no Brasil

Carolina Pessoa - Repórter da Rádio Nacional

O IBGE acaba de divulgar uma pesquisa que mapeia a gestão empresarial no Brasil. E ela aponta São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, nesta ordem, na liderança entre os centros de gestão, isto é, responsáveis pelo papel de comando da rede urbana brasileira.

De acordo com o levantamento, referente ao ano passado e divulgado nesta quarta-feira, foram feitas avaliações dos 5.570 municípios do país, e apenas 39,1% deles se qualificavam como Centros de Gestão do Território, resultado ligeiramente inferior aos identificados no estudo realizado em 2014.

Ainda de acordo com a Pesquisa Gestão do Território, na análise por pares de municípios a liderança do ranking também ficou com a dupla São Paulo-Rio de Janeiro.

Marcelo Paiva da Motta, pesquisador do IBGE, explica que as empresas seguem o padrão de renda do país.

São Paulo também lidera na quantidade de trabalhadores assalariados externos ao município da sede da empresa. Ou seja, aqueles que desempenham funções em setores da empresa situados noutros municípios, diferentes daquele onde se situa a sede.

Entre as atividades empresarias verificadas, é possível perceber predomínio de firmas dos setores de comércio e serviços, à frente daquelas associadas à indústria e ao combinado entre agropecuária e extrativismo.

O pesquisador Marcelo Paiva exemplifica essas atividades.

Já em termos de gestão pública, o principal centro urbano é Brasília, capital federal e sede nacional de maior parte das instituições públicas. Na sequência estão Rio de Janeiro, São Paulo, e Recife, que abrigam instituições como o **INSS**, Tribunais Regionais Federais e Regiões Fiscais da **Receita Federal**.

O terceiro nível de centralidade de gestão pública é ocupado por Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Salvador, e Belém.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2025-03/sao-paulo-rio-e-brasilia-lideram-gestao-empresarial-no-brasil>

Veja o desconto do Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 7.500 com a reforma

Cristiane Gercina

A reforma do Imposto de Renda do governo federal propõe um cálculo especial para beneficiar apenas salários de até R\$ 7.000, que terão um desconto especial, à parte, para reduzir o imposto cobrado. Para evitar um salto na cobrança entre as faixas de renda, o desconto vai sendo reduzido aos poucos para quem ganha entre R\$ 5.000 e R\$ 7.000. O governo propõe isentar quem ganha até R\$ 5.000 .

A principal dúvida dos contribuintes, que foi reforçada por especialistas em redes sociais, é se alguém com um salário de R\$ 6.999, por exemplo, que teria esse desconto extra, teria um salário líquido maior do que quem ganha mais -R\$ 7.001-, que teria de pagar o tributo conforme a tabela do IR já existente.

Segundo estudo do economista Sérgio Gobetti publicado no Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre, quem tem um salário de R\$ 6.900 terá um desconto adicional de R\$ 11; já uma renda de R\$ 7.000 não terá nenhum abatimento extra.

A tabela do pesquisador mostra os cálculos para quem tem renda entre R\$ 2.500 e R\$ 7.500, e detalha como será a progressividade das alíquotas a serem aplicadas pela Receita.

Os valores da tabela consideram que o contribuinte declara pelo modelo completo, que abate deduções legais, e tem o desconto do **INSS** e um dependente.

O estudo também considera um reajuste na faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda atual, para acompanhar o aumento do salário mínimo, medida que ainda não foi aplicada pelo governo. Por isso, há uma pequena redução no Imposto de Renda pago para quem tem renda acima de R\$ 7.000, mesmo não tendo direito ao desconto especial (na faixa de 1,6% a 2%, nos exemplos da tabela).

Segundo Gobetti, se o governo tivesse optado por reajustar a faixa de isenção da tabela do IR para R\$ 5.000, todos os contribuintes que ganham acima desse limite também seriam beneficiados. "Isso porque uma taxa de 0% seria aplicada para os primeiros R\$ 5.000 de renda tributável recebidos por todas as pessoas físicas. E o custo disso seria altíssimo, superior a R\$ 120 bilhões anuais, segundo nossas

estimativas. Logo, em vez de fazer isso, o governo decidiu conceder um desconto extra, por fora da tabela de IR. Esse desconto será de 100% para quem ganha até R\$ 5.000 e, a partir daí, será gradualmente reduzido até chegar em 0% nos R\$ 7.000", afirma, em seu estudo.

O especialista diz que há uma diferença quando se usa a renda anual e a renda mensal. Nos seus cálculos, estão previstos os descontos anuais divididos pelo número de meses. Já no cálculo dos técnicos do governo, foi aplicado o desconto simplificado de 20%.

No entanto, para quem optar pela dedução completa no ano, que inclui gastos com saúde, educação e previdência privada, por exemplo, deduzindo mais do que 20%, o desconto especial pode eventualmente superar o valor de imposto devido segundo a tabela do IR.

"Nesse caso, o desconto especial fica limitado ao valor do imposto devido; ou seja, uma isenção completa, mesmo que o declarante tenha uma renda um pouco superior aos R\$ 5.000 mensais", explica.

Isso pode ocorrer porque, enquanto o imposto devido depende da base de cálculo, o cálculo de quanto será descontado tem como base a renda tributável. "E a relação entre base de cálculo e renda tributável varia conforme o nível de dedução que se apresente no ajuste anual."

A reforma do IR proposta pelo governo também prevê a criação do imposto mínimo para quem ganha mais de R\$ 600 mil por ano e, para começar a valer, terá que ser aprovada pelo Congresso.

Para Gobetti, a reforma não trará prejuízo aos cofres públicos, conforme dizem alguns especialistas, caso o Congresso não modifique o imposto mínimo de 10% sobre lucros e dividendos para rendas acima de R\$ 600 mil, mas que foca mesmo quem ganha mais de R\$ 1 milhão.

O economista afirma que o Brasil demorou a fazer uma reforma que pudesse se assemelhar ao que já é praticado no restante do mundo, mas ainda acha que as mudanças são tímidas e deveriam ser maiores.

"Eu acho que o imposto mínimo é um paliativo

interessante; é um bom aperitivo, mas ele não dispensa um prato principal, não dispensa uma reforma maior da renda. O ideal é sentar na mesa, fazer o levantamento de quais são todos os grandes gargalos e traçar um plano", afirma em entrevista à Folha .

Ele chama de "escandaloso" o fato de não termos feito a reforma do IR até agora, ante vários países da América Latina como Chile, Uruguai e Argentina, e outros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

No estudo, que pode ser acessado neste link , o economista afirma que "em vez de se abrir para as tendências internacionais e se modernizar, o Brasil passou a ser dominado pelo mais absoluto conservadorismo".

"As estimativas realizadas para confecção dessa nota técnica convergem, em grandes números, com aquelas que foram apresentadas pelo governo e indicam que não há risco relevante de que a reforma tenha impacto deficitário sobre as contas públicas, a menos evidentemente que o Congresso decidisse aprovar apenas uma parte das medidas", conclui.

A proposta do governo é aplicar um imposto mínimo de até 10% para aqueles que recebem mais de R\$ 50 mil por mês ou R\$ 600 mil por ano .

O cálculo de salários, honorários, aluguéis ou outras rendas já tributadas na fonte não mudará para definir esse imposto mínimo. Essa mudança vai impactar 141,4 mil pessoas no país. O Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes.

Segundo a Fazenda, será somada toda a renda recebida no ano, incluindo salário, aluguéis, dividendos e outros rendimentos para fazer a cobrança. Não entram nesta lista valores recebidos de herança e venda de bens.

Se, no ano, a soma for menor que R\$ 600 mil, não há cobrança adicional do IR. Se ultrapassar esse valor, aplica-se uma alíquota que cresce gradualmente até 10%, atingindo quem ganha R\$ 1,2 milhão ou mais.

O cálculo final será feito pelo programa do Imposto de Renda, na apresentação da declaração. Com isso, o impacto será sentido apenas na prestação de contas do IR de 2027, que terá como base o ano de 2026.

Na conta para saber o valor do imposto devido, alguns rendimentos são excluídos, como ganhos com poupança, títulos, indenizações, aposentadorias e pensão por doenças graves, e outros rendimentos mobiliários isentos.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/03/veja-o-desconto-do-imposto-de-renda-de-quem-ganha-ate-r-7500-com-a-reforma.shtml>

Cotado para 2026, Zema critica "gastança" de Lula, mas elogia isenção do IR

Autointitulado liberal, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), tem seu discurso marcado por contradições. Cotado para concorrer à Presidência em 2026, Zema reforça as críticas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e diz que "a receita do fracasso foi plantada" pelo governo federal. O governador, no entanto, elogia a isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês e indica que, se estivesse no comando do país, anunciaria a mesma medida que, para parte dos economistas, tem neutralidade fiscal incerta e joga contra a atual política monetária.

Zema faz menções positivas também ao trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a quem considera como uma "voz vencida" dentro da gestão Lula.

O governador de Minas afirma que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é "o maior nome da direita" e prega uma anistia ampla ao ex-presidente e aos envolvidos nos atos terroristas de 8 de janeiro de 2023. Diz, no entanto, não compartilhar dos discursos extremistas e não acreditar na "direita autoritária". No passado, o governador evitou classificar o golpe militar de 1964 como golpe e já criticou a Constituição por "conspirar" contra a classe política e "tornar o Brasil um país um tanto quanto ingovernável".

Zema indica que será candidato à Presidência mesmo se Bolsonaro e outros nomes de seu campo político se lançarem à Presidência. O governador começa a pavimentar sua possível pré-candidatura com um reforço em sua equipe de comunicação e nas conversas com economistas. Zema é acompanhado de perto pelo marqueteiro Renato Pereira e diz conversar com economistas como Marcos Lisboa, Samuel Pessôa, Carlos da Costa e Marcos Troyjo.

À frente do terceiro Estado mais endividado do país, Zema quer aderir ao Propag, o programa de refinanciamento da dívida da União. A medida, diz, pode permitir ao Estado pagar **inflação** mais juro de 1% como serviço da dívida, no lugar dos atuais inflação mais juro de 4%. O Estado conseguiu fechar 2024 com superávit orçamentário de R\$ 5,2 bilhões, mas para 2025 prevê déficit de R\$ 8,6 bilhões. A despesa de pessoal do poder executivo do Estado em fim de 2024 alcançou 48,8% da Receita Corrente Líquida, próximo do teto de 49% estipulado da Lei de

Responsabilidade Fiscal.

A seguir, trechos da entrevista ao Valor:

Valor: O senhor já defendeu a anistia aos envolvidos em atos antidemocráticos. Em que termos? Seria restrita aos participantes do 8 de janeiro ou também para Bolsonaro?

Romeu Zema: Sou favorável a uma anistia ampla, até por um motivo muito simples: a anistia que já tivemos no passado no Brasil [após a ditadura militar] incluiu assassinos, sequestradores. O que foi feito no passado é muito mais grave. Sou favorável, sim.

Valor: Para todos, então?

Zema: Sim.

Valor: Por que o senhor acha que o perdão é cabível nesse caso?

Zema: Não sou jurista, mas posso dizer que está havendo decisões judiciais muito tendenciosas. Seria uma maneira de pacificar, de melhorar essa polarização.

Valor: Bolsonaro é acusado de cinco crimes, entre eles organização criminosa e tentativa de golpe de Estado. Acha que ele não teve participação numa tentativa de golpe?

Zema: Acho que quem fez algo errado tem de ser punido. Não sou favorável à impunidade, não. Agora, estamos falando de uma questão que sai um pouco da esfera jurídica e vai para a esfera política.

Valor: Como o senhor vê o papel de Bolsonaro que, apesar de inelegível, diz que quer ser candidato, criando incerteza para políticos que querem também se colocar para 2026?

Zema: Vejo o nome dele como o maior da direita. Com certeza, seria o nome que mais representaria a direita.

Valor: O senhor defende a revisão da inelegibilidade do Bolsonaro?

Zema: Sim, essa anistia deveria incluir isso também.

Valor: Bolsonaro deveria se retirar da disputa de 2026?

Zema: Ele tem chances de reverter. Vai tentar e tem todos os motivos para se colocar até o último momento. Vai continuar essa luta.

Valor: O senhor é candidato à Presidência?

Zema: Estou à disposição do meu partido, o Partido Novo. E o partido tem como principal objetivo cumprir a cláusula de barreira. Vou ajudá-lo da melhor forma. A minha indignação e o meu inconformismo lá atrás, com o governo anterior ao meu em Minas, foram muito grandes. Minas entrou em uma situação catastrófica com ganância. E parece que estamos tomando o mesmo rumo no Brasil. É muito preocupante. Vou entregar um Estado que é o oposto do que recebi. Recebi um Estado caótico, um cemitério de obras inacabadas, e vou entregar um Estado organizado, com contas em dia e um canteiro de obras em andamento, com recursos para concluir todas. O Brasil precisa de mais gestão e menos política. Precisa reduzir o peso do cartel da política, que só pensa em eleição, fundo eleitoral, fundo partidário, e evita qualquer renovação, como se isso representasse ameaça.

A direita tem condição [nas eleições], porque a receita do fracasso está plantada [pelo governo Lula]"

Valor: Mas o Estado terá déficit orçamentário em 2025

Zema: Fechamos 2024 com superávit de R\$ 5,2 bilhões. Como somos muito conservadores, sempre estamos sobre-estimando as despesas e subestimando as receitas, geralmente o que vai para a Assembleia vai nessa linha. Mas o resultado real sempre tem sido bem superior. E temos ainda a questão do Propag. Com o Propag vamos ter uma redução muito expressiva no serviço da dívida, que hoje é a **inflação** mais 4%. Com o Propag pode cair para **inflação** mais 1%. Quando retira 3% de R\$ 160 bilhões, estamos falando de R\$ 4,8 bilhões, se conseguirmos cumprir todos os quesitos para a adesão ao Propag total.

Valor: A adesão ao Propag está sujeita à questão dos vetos?

Zema: Ajudaria muito se alguns dos vetos caíssem. Um veto em especial vai custar a Minas neste ano e no ano que vem mais R\$ 6 bilhões. O Propag veio para facilitar. E discordo de quem fala que Estados irresponsáveis estão pedindo facilidade de pagamento. Desde que assumi, o único documento que não assinei foi empréstimo. Mas vamos aderir, sim. A longo prazo ele é melhor. A curto prazo vai ficar pior.

Para mim vai ser muito ruim, mas para os meus sucessores vai ser bom.

Valor: Vai aderir quando?

Zema: Depende da velocidade da Assembleia, mas precisa ser este ano porque o Propag ficou limitado ao exercício de 2025.

Valor: Que propostas econômicas pretende apresentar em eventual campanha? Está conversando com economistas?

Zema: Temos conversado com economistas como Marcos Lisboa, Marcos Troyjo, Samuel Pessôa e Carlos da Costa. Quero participar desse futuro do Brasil, não sei exatamente como.

Valor: A renúncia do senhor é uma decisão já tomada?

Zema: Não. Tudo vai depender do partido. Tudo a definir aí.

Valor: Está no seu horizonte uma aliança com Tarcísio de Freitas? O presidente do Novo esteve com ele para discutir 2026, e o presidente do diretório de São Paulo já falou do senhor como vice de Tarcísio.

Zema: O presidente do partido é o condutor. Eu sou um soldado do partido. Será uma decisão do partido. Estou para servir.

Valor: O senhor tem se colocado como um dos governadores mais duros nas críticas ao governo e teve alguns embates com Lula e ministros. Qual é a sua estratégia?

Zema: Estou vendo a repetição de tudo o que aconteceu lá atrás, na recessão de 2015 e 2016: politicagem, corrupção, petrolão, mensalão, mala de dinheiro. E isso me causa indignação. Estamos vendo uma ganância que vai produzir uma crise no futuro.

Valor: O senhor deixa clara sua oposição ao PT. O que defende que seja feito para que o PT, que está no governo federal, não se reeleja?

Zema: Espero que tenhamos candidatos da direita com boas propostas. Não acredito na direita autoritária. Não tenho nenhuma saudade de ditadura. E também não compartilho desses discursos extremos. Sou um sujeito centrado. Vejo que a direita tem condição, porque a receita do fracasso está plantada. Eles acham que, quanto mais gasta, melhor vai ser. Mas só na cabeça deles. Até o ministro [Fernando Haddad] pensa diferente, mas na minha opinião ele é voz vencida lá dentro.

Valor: O governo federal reduziu o imposto de importação em alguns alimentos por causa do combate à **inflação** e fez apelo para os Estados reduzirem ICMS desses alimentos. Minas deve fazer algo?

Zema: Minas tem a cesta básica, se não me engano, mais barata do Sul e Sudeste. E o governo federal está querendo passar o ônus para os governadores. A Lei de Responsabilidade Fiscal na qual Minas está enquadrada impossibilitaria essa redução. Na situação financeira do Estado, que é ainda bastante frágil, nós não poderíamos fazer nenhuma redução em **impostos**. De certa maneira, há um pedido para fazer algo que seria ilegal.

Valor: A questão da tabela do Imposto de Renda pode afetar as contas de Minas em 2026?

Zema: Sobre o Imposto de Renda, nós teremos impacto negativo. Nós e as prefeituras. E não é pouco, não, porque tem uma boa parcela de funcionários públicos que serão beneficiados por essa redução e isso significa mais gastos para Estados e prefeituras. Sou favorável à medida, é uma medida que está tirando tributação de quem ganha menos e de certa maneira tributando quem ganha mais - apesar de que esse que ganha mais já era tributado antes em 34%, uma bitributação. Mas, para efeito de distribuição de renda, concordo plenamente, é algo bem-vindo, sim.

Valor: O senhor apoiar essa isenção da IR até R\$ 5 mil não é uma contradição? Economistas citam o efeito na política monetária, ao aquecer a demanda assim como outras medidas do governo, como o crédito consignado.

Zema: Não. Se eu fosse o condutor, o que eu teria feito era essa isenção. Só que eu teria feito também a redução de autarquias, administração direta e estatais, de cargos.

Valor: O senhor já criticou Lula por se colocar como "pai dos pobres". Pretende reduzir benefícios como o Bolsa Família e o BPC?

Zema: Podem ser muito aperfeiçoados, ter critérios. Hoje temos homens de 20, 25 anos, saudáveis, que se recusam a trabalhar formalmente para não perder [o benefício]. Teríamos de fazer algo diferente. Falar "se você arrumar um emprego, você continua tendo aqui o benefício, mas vai ter de ficar nesse emprego x tempo".

Valor: Qual a sua opinião sobre o sistema único de segurança pública proposto pelo governo federal? O que o senhor faz nessa área?

Zema: Temos uma diferença gigantesca entre Estados. Temo a receita que se aplica tanto a quem está indo muito bem, como a quem está indo muito mal. Nós levamos ao ministro, ao presidente do Senado e também ao presidente da Câmara sugestões simples, que não custam nada e não foram incluídas na PEC. Precisa, por exemplo, ter regras para a abordagem policial. Hoje o policial tem medo de abordar. Se ele vai abordar alguém que tem a característica X, amanhã vai responder um processo por "X-fobia". Se aborda alguém que tenha característica Y, por "Y-fobia". O policial fica pisando em ovos.

Valor: O senhor defende essa política de câmeras corporais nos uniformes? E vê na PEC possibilidade de afetar a autonomia da polícia?

Zema: O nosso comandante [da polícia] é favorável, desde que feito com critério. Vai dar segurança ao policial, que muitas vezes vai poder mostrar que ele abordou adequadamente. Mas não é algo tão simples. O policial também alega que vai perder a privacidade. Mas não temos nada contra a proibição das câmeras. Nós prezamos pela autonomia.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188149?page=1§ion=1>

Congresso deve 'resistir a lobbies' na Reforma Tributária, diz Haddad

ANA FLÁVIA PILAR

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o Congresso Nacional deve resistir às pressões de setores econômicos que tentam ampliar a lista de exceções à **Reforma Tributária** até 2032. Esse será o último ano da transição para o modelo do Imposto de Valor Agregado (IVA) dual, a junção entre Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)-reunindo IPI, PIS e Cofins - e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá ICMS e ISS.

A declaração foi feita durante evento sobre a **Reforma Tributária** promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Haddad disse que as exceções incluídas no projeto aprovado pelo Congresso no ano passado afastam o Brasil das melhores práticas tributárias globais. A alíquota máxima estimada para o novo imposto único é de 26,5%.

- Essa transição vai exigir tenacidade do Congresso Nacional de resistir aos lobbies que vão surgir daqui até 2032 para tentar ampliar, ao invés de diminuir as exceções que fazem com que a alíquota máxima se distancie da alíquota média.

GANHOS DE EFICIÊNCIA

Ele destacou que, se houvesse um ponto a ser criticado na reforma, seria justamente a ampliação das exceções, que aumenta a alíquota efetiva. Haddad também classificou a aprovação da reforma como um marco político, ressaltando que sua tramitação ocorreu de maneira supra-partidária, sem que fosse guiada por interesses eleitorais imediatos.

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alck-min, fez uma breve apresentação no evento, ressaltando que a **Reforma Tributária** deve impulsionar indicadores de emprego e melhorar investimentos, que passariam a ser direcionados a ganhos de eficiência.

Alckmin também mencionou o programa do governo federal que concede incentivos para a indústria por meio de depreciação acelerada. Mês passado, ele havia anunciado a concessão de R\$ 3 bilhões por meio da iniciativa, divididos entre 2025 e 2026.

- Essa foi uma proposta que nasceu na Fiesp. Já está aberto (o período) para nós recebermos as propostas para a compra de máquinas de equipamentos, estimulando a renovação do parque fabril, seus ganhos de eficiência e produtividade - afirmou.

Esse modelo de programa reduz as alíquotas de **impostos** para as empresas em troca de investimentos em novos bens de capital, como máquinas e equipamentos.

Após 40 anos de debate, o Brasil aprovou um novo modelo de IVA, que já é adotado em diversos países. O sistema é dual, separado entre a CBS, que reúne IPI, PIS e Cofins, e o IBS, que substituirá ICMS e ISS.

Em 2026, será implementada uma alíquota-teste para ajudar a calibrar a taxa padrão necessária para manter a arrecadação. A transição completa ocorrerá entre 2027 e 2033.

Além disso, a Reforma elimina a cobrança de **impostos** em cascata. Atualmente, os **impostos** incidem na origem e se acumulam ao longo da cadeia produtiva. Com as mudanças, as empresas podem abater os **tributos** pagos nas etapas anteriores.

O texto também aborda temas como cashback para famílias de baixa renda e composição da cesta básica, além de indicar os setores e produtos que terão isenção ou alíquotas diferenciadas.

Já o Imposto Seletivo será uma taxa adicional sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como cigarros, refrigerantes e veículos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ajuste fiscal "robusto" será precisopós-2026, diz Tebet

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou ontem que "o Brasil está dando certo". Mas defendeu a importância da queda da **inflação** e da realização de ajustes fiscais "robustos" no futuro.

"O Brasil está dando certo. Fala alguém aqui que não é do PT, que é da frente ampla, que é de centro", disse em entrevista ao programa "Bom Dia, Ministra", transmitido pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

Entre os avanços, ela citou: saída do Mapa da Fome, crescimento do emprego e da massa salarial, aprovação da **reforma tributária** sobre consumo e desempenho da **balança comercial** e da safra agrícola.

Tebet afirmou que "não esperava números tão positivos em tão pouco tempo" e que não lembra, nos últimos 25 anos, "de um momento em que todos os números da macroeconomia caminhavam tão bem".

Mas reconheceu que "o mercado está caro" e que "a **inflação** está alta".

"Não podemos aceitar, temos que mirar o centro da meta de **inflação**", disse. Embora tenha afirmado que "não vamos conseguir alcançar" no curto prazo o centro da meta, que é 3%, disse que a equipe econômica do governo federal vem trabalhando nessa direção. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 5,06% no acumulado de 12 meses até fevereiro.

Apesar da **inflação** pressionada, Tebet afirmou acreditar "que no segundo semestre poderemos começar a ter uma queda, ainda que mínima", da Selic. "Não na próxima [reunião do Comitê de Política Monetária], mas nas seguintes", disse. A taxa básica de juros está em 14,25% ao ano e analistas esperam que ela feche o ano em 15% - ela só recuará no início de 2026.

A ministra ainda disse que será necessário "fazer ajustes fiscais mais robustos no futuro", principalmente para o "pós-eleição de 2026". Apesar de robustos, eles poderão ser realizados "sem tirar direitos de ninguém", já que "tem muita gordura para cortar". Ela destacou, por exemplo, que os gastos tributários do governo federal estão na casa dos R\$ 500 bilhões.

"[Depois das eleições] vamos ter que sentar à mesa, enfrentar essas questões e colocar dinheiro nos cofres públicos, para fazer políticas necessárias, ou rediscutir os parâmetros do arcabouço [fiscal]", disse, lembrando que "a partir de 2027 precisaremos colocar algo em torno de R\$ 50 bilhões dentro do Orçamento" referentes a precatórios. Precatórios são dívidas do Poder Público reconhecidas pela Justiça.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188149?page=1§ion=1>

Haddad: implementação da reforma tributária vai até 2032

Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nessa terça-feira (25), que a luta pela implementação da **reforma tributária** ainda vai se desenrolar até 2032, em especial para combater os lobbies para excluir da reforma diferentes setores. Durante evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista, o ministro disse considerar como único defeito da reforma, a ampliar as exceções para pagamento de **impostos**.

"Se pudesse colocar um defeito nesta reforma - diante do caos que estamos vivendo, é até pecado dizer que é defeito - é a gente ampliar as exceções, porque isso faz com que a alíquota padrão vá se distanciando dos 2122% de alíquota média", afirmou. "Então, a lula não acabou. Do meu ponto de vista, o recado que a gente tem que ter aqui é que assim, luta não acabou. Nós temos uma reforma, a melhor possível em regime democrático", acrescentou.

Haddad disse acreditar que isso poderá ser reavaliado ao final do prazo de transição em 2032. Aos empresários, o ministro afirmou que essas exceções levam a um aumento da alíquota média Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o novo tributo que substituirá os **impostos** e contribuições que vigoram atualmente.

Além de prever a isenção tributária para produtos da cesta básica, a devolução de **impostos** para famílias de baixa renda, chamada de cashback o texto da lei complementar definiu, entre outros pontos, a inclusão de novos setores com redução da alíquota em 60% e também definiu 18 atividades por profissionais liberais que terão alíquota reduzida em 30%.

Com inclusão de exceções para setores da economia e produtos, a alíquota-padrão do IVA subiu para 27,84%, segundo cálculos preliminares. Isso porque alíquotas menores para um segmento significa alíquota maior sobre os demais produtos.

A lei complementar da reforma foi sancionada em janeiro. Ela institui um teto de 26,5% para a alíquota-padrão. Em 2031, uma avaliação estimará se as alíquotas finais do IVA, que entrarão em vigor em 2033, serão maiores que 26,5%. Caso positivo, o governo enviará um projeto para reduzir as exceções a setores e produtos, que precisará ser aprovado até o

fim de 2032, para reequilibrar a alíquota-padrão em 26,5% em 2033.

Gatilhos tributários

A partir de 2033, haverá gatilhos automáticos para reduzir a carga tributária a cada vez que a taxa de referência ultrapassar 26,5%.

"É uma transição que vai exigir tenacidade do progresso nacional de resistir aos lobbies que vão surgir daqui até 2032 para tentar ampliar ao invés de diminuir as exceções que fazem com que a alíquota máxima se distancie da alíquota média", defendeu Haddad. "Nós vamos ter que batalhar muito para essa reforma se concluir, a transição se concluir e até 2032 nós podemos sim reavaliar as exceções e diminuir o número delas para que a alíquota padrão se aproxime da alíquota média", concluiu.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6499&edicao=137276#page/6>

Reforma tributária: projeto prevê desconto para setor serviços e pode aumentar alíquota geral (Reforma tributária)

Nivaldo Souza

O senador Laércio Oliveira (PP-SE) apresentou um projeto de lei (PLP 63/2025) que favorece empresas prestadoras de serviços a partir da conversão de 60% da alíquota padrão da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) em crédito presumido.

Na prática, a medida daria ao setor um desconto sobre a alíquota inicial de 9% prevista para a contribuição federal criada pela **reforma tributária** para substituir PIS/Cofins e parte do IPI (imposto sobre industrializados).

A proposta sugere inclusão de dois novos incisos no artigo 47 da Lei Complementar 214/2014, sancionada em janeiro pelo presidente Lula para regulamentar a reforma, cujo principal objetivo foi atacar uma série de benefícios fiscais concedidos ao longo de décadas, gerando desequilíbrio entre os setores da economia.

Caso o projeto seja aprovado no Congresso, as prestadoras de serviços podem pagar 3,65% de CBS. A redução, segundo tributaristas ouvidos pela Folha, terá impacto na alíquota para os demais setores.

O projeto aguarda despacho do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que pode encaminhá-lo para uma comissão.

O tributarista Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados e professor do Insper, diz que o projeto incorre em duas inconstitucionalidades.

A primeira ao propor a criação de crédito presumido apenas para um tributo, violando o artigo 149-B da emenda constitucional da **reforma tributária**, que determina as mesmas regras para CBS e IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). A segunda violação está na criação de um benefício fiscal não prescrito na emenda constitucional.

"O projeto viola a Constituição duas vezes. Viola porque ela proibiu a concessão de incentivos fiscais fora os que estão definidos na Constituição, e também cria regra de não-cumulatividade de creditamento diferenciada para os dois **tributos**, criando uma regra

de crédito presumido só para a CBS", compara Vasconcelos.

O tributarista avalia que a discussão sobre folha de pagamento desvirtua o objetivo central da reforma, baseado na definição de uma tributação sobre o valor agregado. Ele entende que a concessão de crédito sobre salários pagos pelo empregador transformaria o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) em um imposto sobre lucro.

"Se esse tipo de proposta começar a passar no Congresso, a gente vai deformar o nosso imposto sobre valor agregado e transformá-lo, mais uma vez, no monstro que temos com ICMS, IPI, ISS, Cofins, que é cheio de falhas."

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

O advogado e contador Eduardo Pontes, sócio-fundador da Infis Consultoria, é favorável ao projeto por colocar em discussão o impacto da reforma sobre o preço final dos serviços para o consumidor final, que pode ser impactado pelo aumento da carga tributária. Ele diz que o prestador de serviço não aguenta uma alíquota de 28%.

"O objetivo lá na Constituição e do que se fala da reforma é ter uma regra geral aplicada a todos e poucas exceções. Só que, realmente, deve ser analisado o setor da atividade de serviços com um pouco mais de cuidado", observa.

Ele não descarta, no entanto, o risco de aumentar a contribuição para outros setores. "Eu tenho a percepção de que um PLP que cria um crédito presumido pode ser danoso sim e afetar a alíquota de referência lá no final", diz Pontes.

O senador reconhece que o projeto pode gerar um novo benefício fiscal, mas argumenta que a proposta atende empresas com uso intensivo de mão de obra, acima de 75% do custo relacionado com salários.

"Talvez até crie um benefício fiscal. Talvez até o setor entre naquele grupo dos que tiveram o benefício renovado. Talvez a interpretação seja nesse sentido", diz o parlamentar.

Ele critica o governo por não ter cumprido o prazo de 90 dias para enviar um projeto desonerando a folha de pagamentos do setor de serviços. "Um ano se passou e o governo não tomou nenhuma providência com referência a isso", critica.

Na justificativa do projeto, o senador afirma que o setor de serviços não acumula créditos devido ao uso intensivo de mão de obra. Enquanto outros segmentos, como a indústria, podem abater o tributo recolhido na etapa anterior pelo fornecedor de insumos.

Esse raciocínio é questionado por tributaristas, já que o imposto é sobre valor agregado, e mão de obra é exatamente isso. A reforma também já prevê alíquota reduzida em 30% para uma lista de profissionais liberais e preserva do Simples Nacional.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2025/03/reforma-tributaria-projeto-preve-desconto-para-setor-servicos-e-pode-aumentar-aliquota-geral.shtml>

Lula se reúne em Tóquio com primeiro-ministro do Japão

Por Guilherme Mazui, g1 - Brasília

Lula e Ishiba chegaram ao Palácio Akasaka por volta das 19h10, no horário local (7h10, no horário de Brasília). A agenda prevê que ambos deem uma declaração à imprensa na saída do encontro.

O Palácio Akasaka, que fica no distrito de mesmo nome em Tóquio, é usado pelo governo do Japão para receber chefes de Estado.

Antes da reunião bilateral, Lula e Ishiba participaram de um fórum empresarial em Tóquio. Lula lamentou a queda na relação comercial com o Japão de US\$ 17 bilhões em 2011 para US\$ 11 bilhões em 2024 e defendeu um acordo do Japão com o Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia).

Acordos comerciais desta natureza exigem negociações longas e aprovações dos países envolvidas. O acordo entre Mercosul e União Europeia, por exemplo, é discutido há mais de 20 anos e ainda não foi implementado.

Lula também destacou que considera essencial para integração a manutenção da isenção recíproca de visto de negócios e turismo entre Brasil e Japão.

O presidente afirmou que é preciso defender a democracia, o livre comércio e o multilateralismo.

Lula também afirmou que seu governo garante estabilidade para investimentos, citou a **reforma tributária**, os dois anos de crescimento do **PIB** e sua política econômica para tentar aumentar a renda do trabalhador.

O presidente ainda frisou a importância de ter avanços na proteção ambiental durante a Conferência da ONU para o Clima, a COP 30, que será realizada em novembro em Belém.

Durante o fórum empresarial, Lula citou a venda de 15 jatos E-190 da Embraer à empresa japonesa All Nippon Airways (ANA), com possibilidade de aquisição de mais cinco aeronaves.

A Embraer tornou-se a terceira maior fabricante de jatos comerciais do mundo e tem mercado importante aqui no Japão. A ANA, maior companhia aérea

japonesa, anunciou e fizeram acordo hoje a compra de até 20 jatos E-190 da Embraer, que eu posso dizer ao primeiro-ministro Ishiba que é de muita qualidade os aviões da Embraer. Quem compra 20 pode comprar um pouco mais e quem sabe todas as empresas japonesas podem voar de avião da Embraer, afirmou.

Segundo o presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto, e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o negócio gira em torno de R\$ 10 bilhões.

Site: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/26/lula-se-reune-em-toquio-com-primeiro-ministro-do-japao.ghtml>

No Japão, Lula discursa para empresários e diz que o Brasil é um porto seguro para investidores estrangeiros

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou do encerramento do Fórum Econômico Japão-Brasil, nesta quarta-feira, e em seu discurso reforçou a necessidade de reacender o comércio bilateral entre os dois países. Para uma plateia de políticos e empresários, incluindo o primeiro-ministro japonês, Shigeru Ishiba, Lula vendeu o Brasil como um porto seguro para investidores, cuja economia, segundo o presidente, vem superando as expectativas de crescimento (veja, no fim da matéria, o discurso na íntegra).

Depois de iniciar sua fala se dizendo triste pela derrota da seleção brasileira para a Argentina por 4 a 1, Lula elencou motivos de alegria em sua visita ao Japão, anunciando a assinatura de 10 acordos de cooperação nas mais diversas áreas, além de 80 instrumentos entre empresas, bancos, universidades e outras instituições .

- Resta, no entanto, um importante desafio: nosso comércio bilateral diminuiu nos últimos anos. Caiu de US\$ 17 bilhões, em 2011, para US\$ 11 bilhões em 2024. Algo não andou bem na nossa relação e é preciso aprimorá-la. Este fórum empresarial é a oportunidade para reverter esse declínio. Em um mundo cada vez mais complexo, é fundamental que parceiros históricos se unam para enfrentar as incertezas e instabilidades da economia global - disse Lula.

O presidente também pontuou a importância de o Japão fechar negócios com a América do Sul: - Precisamos avançar com a assinatura de um acordo de parceria econômica entre Japão e Mercosul. Nossos países têm mais a ganhar com integração do que com práticas protecionistas - disse Lula, numa referência clara à guerra tarifária implementada pelo presidente dos EUA, Donald Trump.

O presidente brasileiro destacou, em seu discurso, a aprovação da **Reforma Tributária** como uma das bandeiras para atrair investimentos estrangeiros, simplificando processos, reduzindo custos e oferecendo maior previsibilidade e eficiência aos negócios . Numa espécie de recado ao Congresso brasileiro, citou a correção de injustiças no Imposto de

Renda, para beneficiar bilhões de brasileiros, aumentando o consumo das famílias e fazendo a roda da economia girar .

Lula também lembrou da importância de programas de governo para garantir inclusão social, além de a mais importante política de crédito da história do país :

- Nunca antes houve tanto crédito disponibilizado para as pessoas mais pobres, para os trabalhadores, e também para os grandes empresários e para o agronegócio - afirmou, citando a atuação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

- Eu quero convidar os japoneses a investir no Brasil, porque é um porto seguro. Como foi para os japoneses em 1908, nós queremos ser em 2025, atraindo parcerias, joint-ventures e investimentos em nosso país. É preciso garantir previsibilidade aos investidores. Ninguém pode ser pego de surpresa com mudança de lei todo santo dia - disse o presidente, mencionando novamente a **Reforma Tributária**.

Lula afirmou que o Brasil está consolidando com o Japão uma nova estratégia de relacionamento, baseada em compartilhar alianças entre as empresas japonesas e brasileiras, para que a gente possa crescer juntos .

O presidente brasileiro deu o exemplo da Toyota, que apostou no Brasil para instalar sua primeira fábrica fora do Japão, na década de 1950.

- Na semana passada, visitei uma das fábricas da Toyota no Brasil, ocasião em que a empresa anunciou investimentos de mais de US\$ 2 bilhões até 2030. Honda, Nissan e Mitsubishi também ampliarão suas presenças no mercado brasileiro. Isso vai alavancar a produção de veículos elétricos e híbridos.

Lula lembrou, ainda, que a ANA (All Nippon Airways), maior companhia aérea japonesa, também anunciou - num acordo assinado nesta quarta-feira - a compra de 20 aeronaves da Embraer.

- Manter a isenção recíproca de vistos de negócios e de turismo entre Brasil e Japão foi um passo essencial

na direção dessa parceria. O Brasil continuará desafiando as projeções do Banco Mundial. Nos últimos 2 anos, nosso **PIB** superou as expectativas e cresceu acima de 3%. Em 2025, outra vez, nós vamos surpreender o mundo, e queremos surpreender em parceria com o Japão.

Por fim, Lula elogiou o plano estratégico de energia do Japão, que prevê elevar o percentual de mistura de etanol na gasolina para 10%, até 2030, e 20% a partir de 2040.

Alheio à polêmica de seu governo com a pressão para exploração de petróleo na Foz do Amazonas, Lula até ensaiou um discurso ambientalista, convidando o primeiro-ministro japonês a participar ativamente dos debates da COP30, em novembro:

- A descarbonização não é uma escolha, é uma necessidade e grande oportunidade. E o envolvimento do setor privado nessa meta é fundamental. O Brasil sempre será um aliado para reduzir a dependência global de combustíveis fósseis.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/03/26/n-o-japao-lula-discursa-para-empresarios-e-diz-que-o-brasil-e-um-porto-seguro-para-investidores-estrangeiros.ghtml>

Queda de braço Itaú vs Itaúsa: quem ganha em valorização e dividendos?

Katherine Rivas

Duas ações populares entre investidores seguem resilientes em um cenário macroeconômico desafiador. No passado, Itaú (ITUB4; ITUB3) e Itaúsa (ITSA4) enfrentaram dificuldades, chegando a reduzir dividendos, mas recuperaram atratividade mesmo com juros em alta, tornando-se boas opções para valorização e proventos.

A disputa entre Itaú e Itaúsa sempre chamou atenção do mercado, mas, diante dos fundamentos atuais, a escolha está mais interessante. Quer saber qual delas tem mais potencial para ganho de capital e dividendos em 2025? Confira nesta reportagem!

O Itaú registrou um sólido lucro de R\$ 41,40 bilhões em 2024 e, para 2025, a expectativa do mercado é positiva, com projeções de lucro líquido chegando a R\$ 45 bilhões. No entanto, o banco adotou uma postura mais cautelosa, prevendo um crescimento menor na carteira de crédito, entre 4,5% e 8,5%, bem abaixo dos 15,5% registrados no ano anterior.

Essa desaceleração no crédito pode abrir espaço para um pagamento maior de dividendos, já que o banco precisará de menos provisões para inadimplência e acumulará mais caixa. Em 2024, o payout (parcela do lucro destinada a proventos) foi de 69,4%, e para 2025, os analistas projetam entre 60% e 70%, acima do mínimo obrigatório de 25% adotado entre 2020 e 2022.

Pedro Ávila, analista da Varos Research, destaca que, com a Selic em 14,25% ao ano, o Itaú pode distribuir mais juros sobre capital próprio (JCP), porque o instrumento de remuneração acompanha a taxa de juros. Os JCP também ajudam a reduzir a carga tributária do banco. "O Itaú vai distribuir o máximo de JCP possível", afirma. Para ele, os dividendos do Itaú devem crescer mais do que o lucro líquido, já que o banco não precisa reter caixa. "Enxergo mais oportunidades na tese de dividendos do que na valorização", pontua o analista.

Victor Bueno, sócio e analista da Nord Research, concorda e vê os dividendos como o principal atrativo do Itaú, já que boa parte da valorização das ações já foi capturada no começo do ano- ITUB4 subiu 20,48% até 20 de março. "Ainda há potencial de alta no longo

prazo, mas mais limitado no médio prazo", avalia ele, que esperava uma valorização de 15% em 2025, semelhante ao possível crescimento do lucro do banco.

Entre os riscos, Ávila aponta a inadimplência elevada devido aos juros altos e à **inflação** persistente, que podem pressionar a carteira de crédito. Bueno também cita a necessidade de manter a gestão eficiente, mas acredita que o banco seguirá remunerando bem os acionistas.

Os fortes resultados do Itaú em 2024 impulsionaram a Itaúsa, que registrou lucro líquido recorrente de R\$ 14,8 bilhões, o maior de sua história. A holding possui sete empresas no portfólio: Itaú (ITUB3), Alpargatas (ALPA4), Dexco (DXCO3), CCR (CCRO3), Aegea, Copa Energia e NTS - estas três últimas de capital fechado, dos segmentos de saneamento, energia e infraestrutura.

No entanto, a Itaúsa continua extremamente dependente do Itaú, que respondeu por 96,2% de seu lucro no ano passado.

Segundo Milton Rabelo, analista do setor financeiro da VG Research, essa dependência deve seguir em 2025 e 2026, pois as subsidiárias não financeiras ainda pagam apenas o dividendo mínimo de 25%, devido a desafios operacionais e altos investimentos.

Já Bruno Oliveira, analista do Vida de Acionista, acredita que essa realidade pode persistir por uma década, sem resultados expressivos das subsidiárias: "Seja em valor de mercado, resultado operacional ou participação na Itaúsa, a holding ainda dependerá muito do banco nos próximos anos", aponta.

Bueno acredita que a dependência pode diminuir com a queda dos juros, beneficiando empresas como Alpargatas e Dexco. No entanto, a mudança seria gradual, sem grandes impactos no curto prazo. "Elas não terão uma representatividade de 10% ou 15%, no máximo entre 5% e 7% nos próximos anos", afirma.

É por este motivo, que para o investidor estudar sobre investir na Itaúsa, deve se focar principalmente no Itaú, porque se o banco vai bem, em consequência a holding também. O oposto também é verdadeiro.

Muitos analistas veem o portfólio da Itaúsa com ressalvas, considerando suas investidas pouco atrativas ou com dividendos pífios. Ávila destaca que algumas delas prejudicam a rentabilidade da holding. "Alpargatas já patinou muito tentando crescer seu resultado", diz. Para ele, seria mais vantajoso investir diretamente no Itaú e em empresas relevantes dos setores de saneamento, infraestrutura e varejo. "Se a Itaúsa fosse 100% Itaú, seria a melhor escolha possível, porque o investidor compraria o banco com desconto", comenta.

Bueno lembra que em 2024 muitas subsidiárias da Itaúsa tiveram resultados ruins ou andaram de lado, sem melhorias, como Aegea e Dexco. "A Itaúsa está se tornando cada vez mais Itaú".

Além disso, Oliveira ressalta a dificuldade que investidores iniciantes podem ter ao analisar as empresas de capital fechado da holding, como Aegea, Copa Energia e NTS. "Por ser uma holding, há poucos detalhes sobre essas companhias", observa.

Apesar dessas críticas, o desconto para investir na Itaúsa é muito atrativo. Até 28 de fevereiro, esse desconto era de 24,5% em relação ao valor de mercado das empresas do portfólio. Pelo múltiplo preço sobre valor patrimonial (P/VP), a Itaúsa também se destaca, com 1,16 vezes, abaixo de ITUB3 (1,39) e ITUB4 (1,58).

Outro ponto positivo é a gestão de dívida da holding. Oliveira elogia a estratégia de amortizar dívidas até 2028, deixando apenas os juros em aberto. A empresa já quitou os valores principais da dívida. "Foi uma decisão inteligente, dando fôlego para Itaúsa controlar sua alavancagem e estrutura de capital nos próximos anos", avalia.

Os analistas divergem sobre qual ação garante o melhor dividend yield (retorno em dividendos) em 2025, equilibrando fundamentos e desconto.

Renato Reis, analista da Blue3 Research, prefere investir diretamente no Itaú para evitar riscos da holding, caso a Itaúsa faça um mau investimento. Como boa parte dos resultados da Itaúsa vêm do Itaú, ele opta pelas ações ordinárias (ITUB3), que pagam os mesmos dividendos das preferenciais (ITUB4), mas costumam ser 10% a 15% mais baratas. "Para dividendos, minha escala de preferência é ITUB3, ITSA4 e ITUB4", afirma. Essa escolha de ITUB3 também é compartilhada por analistas da Nord Research e do Vida de Acionista.

Já Rabelo, da VG, prefere Itaúsa (ITSA4) devido ao desconto, que deve elevar o dividend yield. "Pelo desafio macroeconômico, a gestão tem sido cautelosa

em novos investimentos e reduziu o endividamento, favorecendo o pagamento de proventos", explica. Na Varos Research, apesar das críticas ao portfólio da holding, a preferência também recai sobre Itaúsa pelo desconto atrativo.

Entre os analistas consultados pelo UOL, o Itaú (ITUB3) levou a melhor na disputa pelos dividendos. Confira abaixo as recomendações e projeções.

Para valorização, a maioria dos analistas também prefere o Itaú, especialmente ITUB3, embora sem expectativa de grandes saltos, já que a ação subiu consideravelmente.

"Como Itaú e Itaúsa estão em um cenário parecido, as ações tendem a andar juntas. Mas, como não gosto dos investimentos da holding, prefiro o Itaú", justifica Reis.

Ávila destaca que a escolha depende do preço sobre valor patrimonial (P/VP). "Se o P/VP de ambos estiver próximo, Itaúsa seria a melhor opção. Mas, como o Itaú valorizou mais nos últimos meses e o P/VP se distanciou, hoje prefiro o Itaú para ganho de capital", afirma.

Já Rabelo é o único que aposta na Itaúsa para valorização, por ser mais barata e ter potencial de destravar valor com mudanças na **reforma tributária**, que podem reduzir ineficiências da holding nos próximos anos.

Além da visão dos analistas, consultamos o consenso de mercado, conforme levantamento do TradeMap para o UOL.

Entre 10 instituições que acompanham o Itaú (ITUB4), 9 recomendam compra e 1 sugere manter. O preço-alvo médio para 2025, que indica até onde a ação pode valorizar, é de R\$ 41,82, indicando potencial de alta de 30,35% frente ao fechamento de 20 de março. O dividend yield médio projetado para 2025 é de 8,74%.

Para Itaúsa (ITSA4), todas as 6 recomendações são de compra. O preço-alvo médio é de R\$ 12,65, com valorização estimada em 32,15%, e o dividend yield médio esperado é de 8,25%.

No Itaú, foram consideradas as opiniões de XP, BTG, BB Investimentos, UBS, Santander, Ágora, Ativa, Terra, Genial e PagBank. Apenas a Ativa indica manter o papel.

Na Itaúsa, as recomendações são de UBS, Santander, Ágora, Terra, Genial e PagBank.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/katherine-rivas/2025/03/26/queda-de-braco-itaui-vs-itausa-quem-ganha-para-valorizacao-e-dividendos.htm>

Estrangeiros responderam por metade da oferta de ações da Caixa Seguridade - COLUNA BROADCAST

ALINE BRONZATI, CYNTHIA DECLOEDT, FERNAN

Os investidores estrangeiros ficaram com 50% das ações da Caixa Seguridade na oferta subsequente de ações da empresa, que movimentou R\$ 1,2 bilhão na semana passada, de acordo com fontes. A demanda pelos papéis foi acima de três vezes o livro de ofertas. O interesse dos investidores internacionais ficou acima da média das últimas ofertas de ações na B3. Nelas, a participação variou de 30% a 40%, ressaltam as fontes. A transação da Caixa foi a primeira do ano e marcou o fim do jejum dessas operações. A última empresa a levantar recursos na Bolsa havia sido a Eneva, em outubro de 2024. Nos últimos três anos, as ofertas subsequentes movimentaram R\$ 115 bilhões, num total de 50 transações.

**

Previsibilidade atrai investidores de fora

A venda de ações deve ajudar a trazer uma nova composição para a base acionária, com maior participação de estrangeiros, incluindo fundos com apostas de longo prazo e que ajudam a segurar o preço da ação. Para o presidente da Caixa Seguridade, Felipe Mattos, o que ajuda a atraí-los é a previsibilidade de resultados.

Grupo ampliou exposição no exterior

A holding está em 17 índices de ações e é coberta por várias casas de análise, locais e estrangeiras, após um trabalho de apresentação que Mattos estimulou e que envolveu toda a administração. Um dos objetivos foi elevar a participação da Caixa em eventos de bancos internacionais, onde tem acesso a investidores de fora.

**

I MARATONA. A seguradora tocou ontem o sino na B3, como cerimônia simbólica da transação.

A oferta foi fechada após uma maratona de 300 reuniões com analistas e investidores, locais e estrangeiros, em alguns poucos meses. Só nas

últimas duas semanas, foram 110 encontros.

I JORNADA. A agenda intensa foi a preparação da Caixa Seguridade para emplacar a primeira oferta de ações do ano, e veio após dois anos em que a holding de seguridade ampliou o contato com investidores e analistas de mercado não só por causa da oferta, discutida há um ano, mas também para tornar o negócio mais visto - e comentado - pelo mercado.

I PERFIL. O maior produto do grupo é o seguro habitacional, que fica ativo enquanto o cliente da Caixa paga o financiamento da casa própria. "Diferente do mercado estrangeiro, nós temos previsibilidade, porque a maior parte do nosso resultado é operacional, e isso é de muito valor para o investidor estrangeiro", disse o presidente à Coluna.

I ONDA PIX. A Stone espera encerrar o mês de março com o Pix por aproximação em toda a base de maquininhas, e até agora levou a ferramenta a algo entre 70% e 80% delas. Nos próximos passos, levará a funcionalidade aos pin pads, que são os terminais conectados a uma frente de caixa, e ao tap on phone, que é a captura de pagamentos pelos comerciantes por meio de um celular.

I BASE. A companhia não revela quanto cada equipamento representa da base total. No final de 2024, dado mais recente, tinha 4,2 milhões de clientes em pagamentos, e processava R\$ 11 de cada R\$ 100 pagos com cartões no País.

I FERMENTO NA MASSA. O mercado espera que o Pix por aproximação amplie o uso do pagamento instantâneo no comércio físico, ao facilitar as transações para os clientes. Na Stone, no ano passado, R\$ 64,1 bilhões foram pagos nas maquininhas através do Pix, menos de 15% do volume capturado com cartões, porém mais que o dobro do volume de Pix em 2023. Estes pagamentos aconteceram por leitura de QR Code, via aplicativos dos bancos, um processo que o Pix por aproximação dispensa.

I FASES. A Stone começou a testar a nova ferramenta com público reduzido no ano passado, e no final de

fevereiro, data da obrigatoriedade da oferta, passou a expandi-la a toda a base com a atualização dos sistemas em que rodam as maquininhas.

A expansão tem sido homogênea entre as marcas Stone, voltada a pequenas e médias empresas, e Ton, destinada a microempresários.

I MAIS ADIANTE. A empresa considera que o crescimento do Pix como forma de pagamento pode abrir caminho para outros produtos financeiros, em especial de gestão do negócio.

Em sua visão, o sistema pode facilitar o futuro produto de gestão de folha de pagamento ou pagamentos a fornecedores, iniciativas relacionadas à estratégia de ampliar a fatia das receitas proveniente de serviços bancários. A Stone teve lucro de R\$ 2,2 bilhões no ano passado, um avanço de 41,3%.

**

SOBE - Locadoras de veículos têm receita recorde em 2024

O setor de locação de veículos atingiu um faturamento bruto recorde em 2024. A cifra de R\$ 52,9 bilhões representa crescimento de 17,8% em relação ao ano anterior, segundo a Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis (Abla). O faturamento líquido foi de R\$ 46,2 bilhões do segmento no ano passado, descontando os R\$ 6,7 bilhões pagos em **impostos** diretos sobre a locação.

DESCE - Produção industrial cai pelo quarto mês em fevereiro

O indicador da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que mede a produção industrial caiu pelo quarto mês consecutivo, de 48,9 pontos em janeiro para 48,0 em fevereiro.

O índice que reflete o número de empregados na indústria, porém, cresceu na mesma comparação, de 49,6 para 50,3 pontos.

Apesar dos sinais de desaquecimento, ainda há expectativas positivas para 2025, demonstradas pela contratação de novos trabalhadores.

**

ESFORÇO - A Caixa Seguridade tocou ontem o sino na B3. A oferta subsequente de ações foi fechada após 300 reuniões com analistas e investidores

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Algum alívio no bolso

ELIANE OLIVEIRA, CAROLINA NALIN E CAROUNE NUNES

O governo reduziu a zero as tarifas de importação de nove alimentos para facilitar o ingresso desses produtos no mercado interno e evitar alta de preços. Levantamento feito por técnicos da equipe econômica, com base em dados do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), ao qual O GLOBO teve acesso, mostra que o efeito maior deve se dar nos casos em que o Brasil é grande importador, como azeite e sardinha. Mas já é possível verificar reduções do valor cobrado por alguns itens, causadas, direta ou indiretamente, pela abertura do mercado. Ainda assim, apesar do alívio no bolso, o impacto na **inflação** da medida será restrito, segundo analistas.

Nos supermercados, a percepção é que os preços continuam salgados. Em alguns produtos já houve "algum frescor", mas pode melhorar.

- O preço do azeite está bom, não barato. Está mais baixo que antes, mas não chegou ao ideal. Barato pra mim é isso aqui: R\$ 25,98, mas essa é uma embalagem menor, de 250ml -afirma a vendedora Suzana Ferreira, de 43 anos.

Atualmente, 99% do azeite de oliva consumido no país vem de Portugal (57%) e Espanha (14%). Os demais fornecedores são Itália, Argentina, Chile, Uruguai, Tunísia, Turquia, Grécia, Líbano, EUA, França e Japão.

Dados da coleta de preços diária do FGV Ibré apontam que azeite, café, carnes e sardinha estão mostrando variação cada vez menor desde 14 de março, quando começou a valer a isenção de **impostos** para importação de alimentos. A análise considera a evolução dos preços ao longo do mês, com base em médias móveis (indicador de tendência) dos últimos 30 dias.

- Não dá para saber se foi pela redução de imposto, mas certos itens beneficiados pelo imposto de importação zero já começam a mostrar **inflação** menor - afirma André Braz, coordenador dos índices de preços do FGV Ibré.

O economista lembra que o azeite, por exemplo, é mais consumido por famílias de maior poder aquisitivo e não faz parte da cesta básica. Já produtos como açúcar, café e carnes, que estão na lista de importação com tarifa zero, têm peso grande no

orçamento, e suas variações impactam mais o bolso do consumidor:

-Esses afetam bastante o custo devida.

CÂMBIO E MARGEM DO LOJISTA

No limite, Braz avalia que a isenção da tarifa de importação pode trazer redução nos preços de alguns alimentos e até impedir que a **inflação** seja maior, mas pondera que ainda é cedo para medir. Outros fatores interferem nos preços. Alguns comerciantes podem aproveitar a tarifa zerada para recuperar margens de lucro reduzidas nos últimos meses. Além disso, o câmbio e os preços internacionais influenciam custos. Se o real se desvalorizar nos próximos meses, o impacto da tarifa zero perde força. Ou seja, o efeito para o consumidor final depende das condições de mercado, nem sempre fáceis de controlar.

Responsável pelo acompanhamento dos preços dos alimentos, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) já identifica quedas em produtos como óleo de soja, ovos, carne bovina e farinha de trigo, parte em razão da redução de tarifas, direta ou indiretamente. A estatal constatou decréscimo de 1% a 4%, dependendo do estado e em relação a fevereiro, na cotação do óleo de soja no varejo, e avalia que o resultado se deveu a um possível impacto do fim da tarifa de importação dos demais óleos vegetais.

Outro produto que apresentou queda de preço no atacado, de 6% no Espírito Santo e 3% em São Paulo, foi o ovo, provavelmente em razão da queda da tarifa de importação do milho. A carne bovina ficou 1% mais barata em São Paulo, e a farinha de trigo, influenciada pela redução do imposto sobre massas alimentícias e biscoitos, registrou queda de 5% no Paraná.

A alíquota para a sardinha importada é uma das mais elevadas, 32%. As importações vêm de Portugal (57%), Venezuela (27%) e Marrocos (12%). A indústria brasileira é a grande responsável pelo mercado consumidor interno de sardinha enlatada e continuará sendo. Portanto, garantem os técnicos, a indústria pesqueira brasileira, nesse ramo, não será impactada.

-Sardinha e azeite não têm impacto relevante no IPCA (índice oficial de **inflação**). Então, em resumo, é medida de pouca eficiência. Mas é uma medida de movimentação política, na medida em que o governo está atuando para fazer alguma coisa a curto prazo - avalia Carla Beni, professora de Política Fiscal da

FGV, citando o restabelecimento de estoques reguladores de alimentos como medida de longo prazo de maior eficácia.

RECUPERAÇÃO DA SAFRA

Já há redes que confirmam a tendência de queda no preço do azeite. Segundo os Supermercados Mundial, a redução é resultado da combinação de boa safra, importação direta e redução da alíquota de importação. A rede avalia que esses fatores "impactaram positivamente a cadeia de produção e distribuição do produto".

A aposentada Dirce Louza-da fazia compras quando uma promoção-relâmpago reduziu o preço do azeite a R\$ 35,90, e ela logo incluiu o item no carrinho. Ela diz que outros produtos ficaram um pouco mais em conta:

- O azeite deu uma abaixada. Também percebo que o preço do arroz melhorou. Já comprei por R\$ 7 e pouco, e hoje encontrei por R\$ 5,50 a embalagem de 1 kg.

Sócio e economista sênior da Tendências, Silvio Campos Neto lembra que o Brasil é um dos principais produtores de boa parte dos itens que tiveram tarifas zeradas, como carnes, café e açúcar. Assim, dificilmente a oferta externa terá capacidade de alterar substancialmente o equilíbrio no mercado doméstico.

Campos Neto avalia que a recuperação da safra agrícola traz perspectiva de alívio ao longo do ano, em particular entre o segundo e o terceiro trimestres, ainda que os preços de carnes devam continuar pressionados por fatores específicos ligados a essa cadeia.

Em 2024, o Brasil importou 36 mil toneladas de massas alimentícias, tendo a Itália, mesmo com imposto de 14,4%, como principal fornecedor. A redução da tarifa vai aumentar o ingresso de massas italianas e dos EUA.

"O consumo brasileiro ultrapassa 900 mil toneladas, e as ações de estoque público de arroz e de trigo também impactam positivamente na indústria brasileira, já que são os principais insumos para a produção nacional", diz trecho do estudo com base no Siscomex.

No caso de carnes, o Brasil deve importar mais dos EUA e voltar a comprar do Paraguai. O Brasil é o segundo maior produtor e o maior exportador do mundo.

Para Juliana Inhasz, economista e professora do Insper, o efeito da tarifa zerada é pontual. Ela avalia

que algumas culturas serão regularizadas, por causa do aumento da oferta:

- Se o preço do café começar a melhorar no Brasil, não será por causa da redução da alíquota, e sim por conta do aumento da oferta.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Oracle investe R\$ 40 milhões em centro de inovação

JULIANA CAUSIN

Em um espaço de 750 metros quadrados, na sede da Oracle em São Paulo, visitantes serão recebidos por robôs simpáticos que atuam como atendentes e poderão ter o cafezinho servido por um braço também robótico. Será possível, ainda, explorar uma loja sem caixas, onde basta pegar o produto e sair.

As demonstrações de aplicações de tecnologias imersivas, inteligência artificial (IA), robótica e realidade aumentada estarão no Oracle Innovation Center, lançado ontem pela empresa americana na capital paulista. Com investimento de R\$ 40 milhões, o espaço é o primeiro desse tipo aberto pela Oracle na América Latina -os outros três estão nos EUA, Reino Unido e Austrália.

Apresentado como um "laboratório vivo" de inovação, o centro reúne soluções desenvolvidas com startups parceiras da Oracle. O objetivo é demonstrar como tecnologias emergentes podem ser aplicadas em diferentes setores da economia, como indústria, hotelaria, construção, saúde, manufatura, logística, finanças e varejo, entre outras.

O anúncio ocorreu no Oracle Cloud World Tour São Paulo, evento anual da empresa voltado à apresentação de soluções e tendências em nuvem e IA.

DESENVOLVIMENTO LOCAL

Segundo Alexandre Maioral, CEO da Oracle no Brasil, o centro reforça o compromisso da empresa com o país, onde já mantém duas regiões de nuvem - estruturas físicas que armazenam e processam dados localmente. Ele citou que o local será integrado a programas de formação da Oracle no país.

O diretor de Tecnologia da empresa, Marcelo Pivovar, que lidera o grupo responsável pela criação do centro, diz que a proposta é permitir que empresas brasileiras experimentem soluções de tecnologia de forma concreta:

- Os clientes querem ver funcionando. Por isso, tudo aqui está integrado, rodando como se fosse um ambiente produtivo.

O centro tem 15 profissionais com dedicação exclusiva, além de cerca de 200 trabalhadores, distribuídos em mais de 30 grupos. O espaço reúne cerca de 60 soluções, a maior parte desenvolvida no país.

- A gente quer mostrar que tem muita tecnologia boa sendo desenvolvida aqui - diz Pivovar, citando como exemplo a loja sem caixas criada em parceria com a Zebra, que usa câmeras, sensores de peso e etiquetas inteligentes para automatizar a compra.

O centro de inovação é uma expansão da loja-conceito lançada pela Oracle em 2022, focada no varejo. Em dois anos, o espaço movimentou US\$ 100 milhões.

As experiências são divididas por setor e incluem também um restaurante sem cardápio físico, onde o menu é projetado na mesa, e um quarto de hotel com robôs concierge que interagem com os hóspedes. Há também ambientes simulando bancos, hospitais, armazéns e canteiros de obras.

REUNIÕES COM GOVERNO

Conhecida pelos sistemas de banco de dados e softwares corporativos, a Oracle tem buscado ampliar sua fatia no disputado mercado de computação em nuvem e IA, concorrendo com gigantes como Amazon, Microsoft e Google.

A empresa integra o projeto Stargate, em que a Casa Branca prevê investimento de até US\$ 500 bilhões para construir infraestrutura de IA nos EUA.

Perguntado sobre a instalação no Brasil de data centers e infraestrutura de IA, Maioral disse que o país tem potencial, mas há entraves, como a carga tributária:

-O Brasil tem um superpotencial, mas os custos e **impostos** ainda dificultam a expansão -disse. -Já tivemos reuniões com o governo e sentimos um interesse genuíno em rever essas barreiras para tornar o país mais competitivo.

**

Buscas no Google atingem 5 trilhões

A cada segundo, o Google processa em média 158,5 mil buscas em todo o mundo. No ano passado, foram 5 trilhões de consultas no total, informou ontem a empresa no evento Think With Google. em São Paulo. Desde 2016 o Google não divulgava esse dado oficial. Naquele ano. foram 2 trilhões.

A empresa ainda apresentou dados apontando que os jovens de 18 a 24 anos - a Geração Z. nascida entre meados da década de 1990 e o início dos anos 2010 - é a faixa etária que mais pesquisa no Google. Estudos recentes mostravam que esse grupo, cada vez mais. faz buscas em redes como o TikTok.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mercado espera cobre a US\$ 12 mil em 2025

O preço do cobre deverá bater novos recordes este ano, chegando a US\$ 12 mil a tonelada, segundo apontam várias das maiores companhias tradings do mundo. O preço deverá ser estimulado pela crescente demanda mundial e pela ameaça de tarifas comerciais do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

As traders Mercuria e Trafigura e o fundo hedge Frontier Commodities disseram no seminário Commodities Summit, promovido nesta terça-feira (25) pelo "Financial

Times" em Lausanne, na Suíça, que acreditam que o preço na Bolsa de Metais de Londres (LME) subirá acentuadamente este ano.

O preço do cobre em Londres atingiu o recorde de quase US\$ 11 mil em maio de 2024. Após cair no fim do ano passado, ele vem subindo em 2025 e nesta terça-feira foi negociado a cerca de US\$ 10 mil.

"Acho que o veremos acima de US\$ 12 mil", disse Kostas Bintas, chefe global de metais e minerais da Mercuria. O mercado de cobre "vem passando por um momento de aperto", acrescentou ele.

Bintas disse que as enormes importações de cobre dos EUA

remodelaram o mercado, que normalmente é dominado pela demanda chinesa. Ele estima que cerca de 400 mil ou 500 mil toneladas de cobre estejam a caminho dos EUA no momento.

As traders correram para importar cobre para os EUA antes da imposição de tarifas sobre o metal após uma investigação que Trump instigou sobre "a ameaça à segurança nacional decorrente das importações de cobre".

A ameaça da imposição de tarifas pelos EUA aumentou a diferença entre os preços do metal em Londres e Nova York. Essa diferença aumentou nesta terça-feira para mais de US\$ 1.350 a tonelada. Tarifas de 25% já foram implementadas sobre todas as importações de alumínio e aço dos EUA.

A demanda por cobre também deverá aumentar como resultado da necessidade de países desenvolvidos como os EUA e a União Europeia de aprimorar suas redes elétricas, segundo afirmam traders.

Esse investimento exigirá quantias enormes do metal,

segundo Aline Carnizelo, sócia-gerente da Frontier Commodities, que também acredita que o cobre poderá chegar a US\$ 12 mil.

Graeme Train, chefe de análises de metais e minerais da Trafi-

gura, disse que o cobre poderá atingir um novo patamar de alta, mas alertou que a economia mundial está "um pouco frágil" e que permanecem no mercado algumas incertezas sobre se os EUA vão impor tarifas sobre o cobre.

Mesmo assim, compradores americanos continuam procurando cobre, uma vez que "não há uma solução rápida" para aumentar a oferta interna, acrescentou.

Os estoques de cobre nos depósitos da Comex nos EUA chegaram perto de seu maior nível em fevereiro desde 2019. O cobre nessas instalações é armazenado sob um regime chamado "duty paid", o que significa que todos os **impostos** e taxas sobre o metal já foram quitados. Como resultado, ele não estaria sujeito a tarifas adicionais.

O volume de cobre à espera para sair dos depósitos da LME também está próximo do nível mais alto em quatro anos.

Enquanto isso, a bolsa de commodities ICE Futures Euro-pe disse nesta terça-feira que pretende lançar contratos futuros para os principais metais para baterias este ano. O grupo lançará oito novos contratos mensais indexados cobrindo carbonato de lítio, hidróxido, espodumênio e cobalto.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1§ion=1>

Empresa consegue mudar classificação de dívida de ICMS e obter desconto em acordo de transação

Marcela Villar De São Paulo

Uma empresa do setor de refrigerantes conseguiu decisão na Justiça de São Paulo para reclassificar a categoria de sua dívida de ICMS e obter o desconto máximo em uma transação tributária individual com a Procuradoria Geral do Estado (PGE). Os créditos do contribuinte passaram, com a liminar obtida, a ser considerados irrecuperáveis e não como recuperáveis, como defende a PGE.

A diferença na classificação impacta diretamente nas vantagens oferecidas aos contribuintes. Para os créditos recuperáveis, o governo só oferta parcelamento, em 120 meses. Já para os de difícil recuperação ou irrecuperáveis aplica-se, além do parcelamento, desconto de até 50% sobre multa e juros e é dispensada a apresentação de entrada ou garantia.

Segundo advogados, a decisão liminar é a primeira em São Paulo favorável ao contribuinte que determina a reclassificação do grau de recuperabilidade da dívida em transação individual. Pleito semelhante foi negado recentemente, em outro caso, pela 12ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital, indicou a PGE (processo nº 1089483-25.2024.8.26.0053). Em âmbito federal, o Judiciário já determinou a revisão da capacidade de pagamento para melhores condições de negociação.

Ao conceder a tutela, a Justiça paulista determinou que fossem excluídos do cálculo os créditos com a exigibilidade suspensa. A liminar já foi cumprida e a transação foi celebrada, com desconto de 50% sobre a multa e juros, dividido em 120 parcelas - uma redução efetiva de 22,45% do valor devido.

Mesmo cumprindo a liminar, o governo recorreu ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). O efeito suspensivo foi negado pelo desembargador relator, restando a análise do mérito.

Ao Valor, a PGE defende que a decisão contraria a **legislação tributária** sobre o assunto e "ofende especialmente o princípio da isonomia, verdadeira norma fundante de todo o Programa Acordo Paulista".

"A contribuinte que judicializou essa questão conseguiu, por enquanto, benefícios melhores do que outros milhares de contribuintes na mesma situação de fato e de direito", afirma o órgão, em nota.

O mandado de segurança foi impetrado em fevereiro pela empresa a fim de viabilizar o acordo de parcelamento estadual, criado pela Lei nº 17.843/2023, com condições mais vantajosas. Ela defende que, por conta de o crédito estar em discussão judicial e com a exigibilidade suspensa, toda a dívida não pode ser tratada como recuperável.

Já a PGE defende que seja aplicada a Resolução nº 6/2024, que regulamenta as transações tributárias em São Paulo. O artigo 25 prevê três critérios para aferir o grau de recuperabilidade dos créditos: o tempo da dívida, o histórico de pagamentos do contribuinte e as garantias apresentadas, bem como dívidas suspensas e parceladas.

A PGE entendeu que, como mais de 10% do passivo total de R\$ 418 milhões de ICMS do contribuinte estava suspenso, todos os débitos seriam recuperáveis. Mas a juíza do caso entendeu que, se eles forem excluídos da conta, a empresa teria menos de 7% da dívida garantida e parcelada, o que permitiria que fosse classificada como de difícil recuperação.

"Considerando apenas o valor parcelado, o que foi objeto de ação judicial não pode ser obstáculo à celebração do acordo, sob pena de punição indevida ao contribuinte que pretende regularizar suas dívidas tributárias", diz a juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti, da 9ª Vara de Fazenda Pública da Capital.

Segundo a magistrada, considerar o débito suspenso para aferir o grau de recuperabilidade na concessão de descontos numa transação tributária "configura, de fato, cobrança indireta de tributo" (processo nº 1006530-67.2025.8.26.0053).

O tributarista Frederico Loureiro, sócio do escritório Loureiro, Cione, Simionato e Carvalho Advogados (LCSC Advogados), que atua pela empresa no caso, diz que o Estado de São Paulo considera muito mais o

perfil da dívida do contribuinte em uma transação. "Muito embora, no Acordo Paulista, a transação tributária individual seja quase uma cópia da legislação federal, na hora de fazer a análise da capacidade de pagamento, eles mudaram os critérios", afirma.

Loureiro critica o fato de as dívidas garantidas, parceladas e suspensas serem inseridas em uma mesma categoria. "Nas dívidas garantidas, há um fundamento para considerá-la como recuperável, porque pode haver a penhora de um imóvel, por exemplo. Mas em relação à suspensão por decisão judicial, é como se a dívida não existisse, então não pode ser considerada como recuperável", adiciona.

A dívida suspensa, diz, se refere a uma cobrança de tributo feita em duplicidade pelo Fisco. "Entramos com uma ação anulatória e o juiz reconheceu que se o contribuinte já tinha apresentado as vias retificadas não poderia negar e depois autuar os mesmos valores", afirma.

Na visão dele, é uma falha da PGE que pode afastar outros contribuintes da mesa de negociação. "O objetivo principal da lei é colocar todos na mesma mesa e dar descontos para quem precisa ou para quem demonstre que, sem descontos e sem prazo, não vai conseguir regularizar a dívida. Quando se tira da análise a capacidade de pagamento do próprio devedor, tira muita gente da mesa."

Para o advogado Alan Viana, do MJ Alves Burle e Viana Advogados, a regulamentação da PGE sobre o tema é genérica, aplicando o mesmo grau de recuperabilidade para qualquer dívida suspensa. "Por mais que eu não seja muito favorável a judicializar uma negociação, havia uma liminar na ação anulatória favorável ao contribuinte, então a recuperabilidade da dívida para o Estado é improvável", diz.

Nos casos que os valores estão depositados em juízo, outra hipótese de suspensão da exigibilidade de um tributo, afirma, aí sim o Fisco poderia categorizar como dívida recuperável, pois a probabilidade de reaver o crédito é alta. "O que me parece é que foi estendido o conceito de suspensão para todas as situações e isso deixa uma margem muito grande para interpretação do Estado."

Na nota enviada ao Valor, a PGE destaca que as transações são feitas conforme o "juízo de conveniência e oportunidade" do Estado e que avaliar se a dívida está suspensa é um dos critérios previstos na Resolução PGE nº 6/2024.

A preferência por critérios objetivos vem do artigo 13 da Lei nº 17.843/2023, indica o órgão, mas nada impede uma atualização da legislação "sempre de

acordo com as balizas legais".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1§ion=1>

JBS encerrou 2024 com lucro de R\$ 9,6 bilhões

AJBS fechou 2024 com um lucro líquido de R\$ 9,61 bilhões, depois de ter registrado um prejuízo de R\$ 1,06 bilhão no ano anterior. De acordo com balanço financeiro divulgado ontem pela empresa, os desempenhos operacionais positivos em todas as suas unidades explicam o resultado. O maior salto veio do negócio de frango, com Seara e a Pilgrim's Pride (PPC).

Apenas no quarto trimestre de 2024, a companhia alcançou lucro líquido de R\$ 2,41 bilhões - um ano antes, o resultado líquido ficou em R\$ 82,6 milhões. O impulso, entre outros fatores, também veio de resultados fortes nas unidades que processam e vendem frango, segundo a empresa.

"A Seara teve melhoria de mix [de produtos vendidos], melhoria de produtividade, execução comercial. Com a demanda grande, a oferta mais equilibrada e uma gestão [melhor], e custos com grãos mais favoráveis. Foi uma combinação de todos esses fatores", disse ao Valor o CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni.

Os preços mais baixos de milho e farelo de soja - insumos que mais pesam no custo de produção de aves e suínos - no ano passado também contribuíram para melhorar as margens da indústria. Demanda doméstica aquecida e exportações recordes são outros fatores que favoreceram a JBS em 2024.

Em relação à Pilgrim's, que opera nos Estados Unidos e já te-

ve o balanço divulgado localmente, Tomazoni afirmou que "foi o melhor ano da história".

O mercado americano passa por um momento de baixa oferta de gado e altos preços da carne bovina, o que direciona parte da

demanda interna para o frango e suíno. Além disso, o surto de gripe aviária nos EUA contribuiu para reduzir a oferta e manter altos os preços do frango, apesar de continuarem mais competitivos em comparação aos da carne bovina.

Com essa conjuntura, o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado da JBS mais que dobrou no quarto

trimestre de 2024, para R\$ 10,79 bilhões. O montante é 111,4% superior ao do mesmo período do ano precedente. Já a receita líquida do trimestre cresceu 21,1%, para R\$ 116,7 bilhões.

No acumulado do ano, o Ebit-da ajustado da JBS também mais do que dobrou (+127,7%), alcançando R\$ 39,04 bilhões, enquanto a receita líquida aumentou 14,6%, para R\$ 416,95 bilhões.

Diante da posição de caixa alcançada pela JBS e da alavancagem considerada baixa, a companhia propõe a distribuição de R\$ 4,4 bilhões em remuneração aos acionistas, afirmou o diretor de finanças e relações com investidores, Guilherme Cavalcanti. O montante precisa ser aprovado em assembleia de acionistas.

A empresa conseguiu reduzir a alavancagem de forma expressiva. Em reais, a relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado estava em 2,15 vezes no quarto trimestre - um ano antes era de 4,32 vezes.

Tomazoni reconheceu que o cenário de custos para 2025 é outro, já que os grãos subiram, mas disse que a demanda por frango segue firme. "E as nossas melhorias operacionais não terminaram." Desde que não haja um problema climático na safra do Brasil, a perspectiva segue promissora para a Seara.

O Ebitda ajustado da Seara saltou 291,9% no quarto trimestre de 2024, para R\$ 2,63 bilhões. Em todo o ano, o indicador subiu 365,5% para R\$ 8,39 bilhões.

Para Tomazoni, o ciclo de aperto na oferta de gado deve persistir ao menos até o segundo semestre do ano que vem nos EUA. "Estamos fazendo investimentos em melhoria de processos para aumentar a produtividade das nossas fábricas lá", afirmou.

AJBS Beef North America entregou um resultado fora da curva do setor no quarto trimestre, ao sair de um Ebitda ajustado negativo em R\$ 488,5 milhões em 2023 para um Ebitda ajustado positivo em R\$ 647,1 milhões em 2024. No acumulado do ano, o Ebitda ajustado subiu 148,5% para R\$ 1,4 bilhão.

Indagado sobre o processo de dupla listagem das ações da JBS, Tomazoni disse que a empresa pretende entregar nesta quarta-feira documento com

os resultados de 2024 à comissão de valores mobiliários do país (SEC, na sigla em inglês), e aguardará eventuais novos questionamentos.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1§ion=1)**

Tecnologia impulsiona crescimento

Responsáveis por praticamente metade de todas as exportações brasileiras, os produtos agropecuários tiveram um relevante crescimento de produção nas últimas décadas. Para o pesquisador e economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) José Eustáquio Vieira, uma parte substancial desse avanço é consequência da importação de novas tecnologias e métodos científicos inovadores.

"O que faz a produção crescer não é a terra em si, mas a tecnologia. Havia a discussão de como o Brasil ia fazer a produção crescer. Havia aqueles que pensavam que a distribuição de terras ia fazer a produção crescer, mas havia aqueles que acreditavam no investimento em ciência e tecnologia", explicou o pesquisador durante o CB Fórum.

Em meio às discussões sobre os ganhos ou riscos que o Brasil pode ter com os investimentos estrangeiros no agro nacional, o pesquisador considera que a abertura do mercado nacional para tecnologias de fora possibilitou que o país multiplicasse em 10 vezes a produção de alimentos desde a década de 1970 e expandisse as áreas de produção para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Atualmente, o agro representa um terço do **PIB**, 25% dos empregos e 50% de todas as exportações do país.

Por conta disso, embora o economista considere que é necessário preservar determinadas áreas, como fronteiras e o bioma amazônico, ele considera que uma flexibilização na lei atual que restringe a compra de terras por estrangeiros pode ser benéfica para a produção brasileira, visto que a maior parte dos insumos depende mais de fatores tecnológicos do que de terras ou mão de obra para se expandir.

O especialista cita a insegurança jurídica no setor como um entrave para o investimento. Ainda hoje prevalece A Lei 5.709, de 1971, que restringe a venda de terras para pessoas físicas e jurídicas do exterior. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 342, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), questiona essa lei.

Evolução Para o pesquisador, é necessário considerar que o agronegócio no Brasil no século XXI é muito diferente do que existia há 50 anos. Além da evolução tecnológica, o aumento da participação das exportações no agro brasileiro, ao contrário do que se imaginava, não prejudicou a segurança alimentar no país, de acordo com o especialista. Pelo contrário, enquanto as exportações de soja cresceram de 3,7

milhões de toneladas, em 1990, para 97,4 milhões de toneladas, em 2022, no mesmo período o consumo per capita no Brasil passou de 94,6 kg por habitante para 252,4 kg/habitante.

"O maior programa de redistribuição de renda que o Brasil fez foi a redução do preço da cesta básica de 1970 até hoje, algo em torno de 75%, segundo alguns estudos que já fizemos", destacou Vieira. "Muito se fala que a compra de terras por estrangeiros pode prejudicar a segurança alimentar. Quanto mais nós exportamos, maior é o consumo per capita no país, isso serve para soja, milho, trigo, grãos, em geral, ou seja, quanto mais exportarmos, maior vai ser a segurança alimentar no nosso país", acrescentou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7140/26-03-2025.html?all=1>

A Europa e a reconstrução da ordem mundial (Artigo)

Luiz Felipe D'Ávila

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, destruiu a confiança do mundo nos valores e nas regras que governaram a ordem internacional. A crença nas virtudes do livre-comércio, a garantia da proteção nuclear dos Estados Unidos no caso de um país aliado ser atacado por uma potência nuclear, o dever moral de promover ajuda humanitária para os países pobres, e a importância de cultivar alianças comerciais, diplomáticas e militares para promover a prosperidade econômica, fomentar a liberdade política e garantir relativa paz internacional deixaram de nortear a política norte-americana. Esses valores foram cruciais para o progresso e a relativa paz no mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. O livre-comércio tirou bilhões de pessoas da miséria e permitiu o mais longo ciclo de crescimento econômico dos países avançados e emergentes; germinou a liberdade e a democracia e derrubou muros que mantiveram nações escravizadas pelas ditaduras comunistas; assegurou a paz entre as grandes potências e conteve a proliferação de armas nucleares. Mas esse período acabou.

O colapso da ordem mundial ressuscitou a era de conflitos. A política protecionista de Trump desencadeará uma nova guerra comercial que vai reduzir o comércio global, diminuir a competitividade do mercado e proteger indústrias ineficientes. Tarifa é um imposto pago pelo consumidor que financia produtos mais caros e de menor qualidade. Ao rifar a Ucrânia, os Estados Unidos demonstraram que não são mais um aliado confiável. Em 1994, a Ucrânia renunciou ao terceiro maior arsenal nuclear do mundo para a Rússia, em troca do compromisso dos Estados Unidos de garantirem a soberania e a integridade territorial do país. Hoje, a Ucrânia luta pela sua sobrevivência. A desconfiança em relação aos Estados Unidos desencadeou uma nova corrida armamentista e nuclear. A União Europeia já aumentou seu orçamento de Defesa; Japão e Coreia do Sul terão de incorporar armas nucleares no seu arsenal para se defenderem. O vácuo de poder deixado pelos Estados Unidos pode ser um convite irresistível para a China invadir Taiwan.

Populistas são craques em transformar o mundo num lugar mais inseguro, perigoso e instável. Não podemos cair nas suas armadilhas e escalar os insultos, apelar

para retaliações e adotar medidas reativas que só colaborarão para aumentar a tensão entre as nações. Precisamos agir para evitar que a desconfiança e a imprevisibilidade debilitem a credibilidade da ordem internacional. Caberá à União Europeia liderar esse processo.

A Europa tem três atributos essenciais para assumir a liderança: valores, poder e um plano. A liberdade individual, a democracia, o Estado de Direito e a economia de mercado moldaram a história, a cultura e as instituições da Europa e da ordem mundial. Democracias e ditaduras, povos do Ocidente e do Oriente compreenderam que, por meio da liberdade, da cooperação, da reciprocidade e do respeito aos acordos e às regras do jogo, se forjam os laços de confiança que permitiram o surgimento das cadeias globais de produção, o crescimento do comércio global, a prosperidade das nações, os avanços científicos e tecnológicos e a relativa paz. É inegável a disposição da Europa de defender esses valores e preservar a ordem internacional. Mas a defesa de valores só tem credibilidade se os protagonistas da ordem mundial têm poder para fazer cumprir as regras do jogo.

A União Europeia é o maior mercado global. Trata-se de um mercado de 450 milhões de consumidores e suas exportações representam 50% do **PIB**, o que revela um alto grau de abertura econômica. A Europa tem uma combinação imbatível de capital humano, poupança, mercado, instituições que podem impulsionar seu crescimento econômico, desenvolvimento tecnológico e reavivar seu espírito empreendedor. Sua moeda é plenamente conversível e pode se tornar uma moeda global capaz de substituir o dólar, se a União Europeia for capaz de criar um mercado de capitais. O poderio bélico da Europa é um dos maiores do mundo e vai crescer significativamente com a determinação da Alemanha de investir em Defesa. A Otan permanecerá a mais formidável aliança militar do mundo, mesmo se os Estados Unidos deixarem de ter nela um papel protagonista. Mas, para atingir o seu pleno potencial, a Europa precisa de um plano.

O Plano Draghi é o caminho para despertar a Europa do seu sonambulismo, abandonar suas idiosincrasias e reassumir a sua liderança global. Concebido pelo ex-presidente do Banco Central Europeu Mario Draghi, o

plano traça um caminho claro para o continente investir no aumento de produtividade, desburocratizar processos, simplificar regras, criar um mercado de capitais europeu e impulsionar o investimento em tecnologia e inovação que permitirão à Europa retomar o caminho do crescimento econômico sustentável, da independência energética e militar. O Plano Draghi é a bússola de que a Europa precisa para se tornar uma potência global e assumir o seu protagonismo na preservação da ordem mundial.

CIENTISTA POLÍTICO, AUTOR DO LIVRO 'VIRE À DIREITA, SIGA EM FRENTE", FOI CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BC quer ver PIB mais fraco e indica juros altos durante período maior

ALVARO GRIBEL

O Banco Central quer ver sinais mais evidentes de desaceleração do Produto Interno Bruto (**PIB**) antes de pensar em interromper o atual ciclo de alta dos juros. Esse é um dos principais recados da ata do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada ontem. O documento reforçou também que a Selic subirá novamente em maio, ainda que em "menor magnitude".

"O comitê seguirá acompanhando a atividade econômica e reforça que o arrefecimento da demanda agregada é um elemento essencial do processo de reequilíbrio entre oferta e demanda da economia e convergência da **inflação** à meta", diz trecho do documento.

Outro ponto importante foi a observação de que o cenário exige "restrição monetária maior e por mais tempo que em outros momentos" - o que indica que os juros podem subir mesmo depois da próxima reunião do colegiado, em maio. "O cenário de convergência da **inflação** à meta torna-se mais desafiador com expectativas desancoradas para prazos mais longos e exige uma restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado", disse o Copom.

Para a próxima reunião, a leitura principal do mercado por ora é de que a Selic subirá 0,5 ponto percentual (ritmo mais brando do que o 1 ponto em cada uma das últimas três reuniões).

Com isso, os juros atingiriam 14,75%, patamar mais alto do que o do pior momento do governo Dilma Rousseff.

De um lado, o BC diz estar preocupado com o efeito da dose cavalariada de juros que já aplicou à economia - preocupação legítima, já que o controle da **inflação** deve se dar com o menor custo possível para o nível de atividade, incluindo o mercado de trabalho e os investimentos.

De outro, porém, reconhece que o cenário para a **inflação** "segue desafiador em diversas dimensões".

Por isso, indicou nova alta da Selic, em maio, mesmo já tendo elevado a taxa de 10,5%, em setembro, para os atuais 14,25%.

"O comitê acompanhará o ritmo da atividade econômica, fundamental na determinação da **inflação**, em particular da **inflação** de serviços; o repasse do câmbio para a **inflação**, após um processo de maior volatilidade da taxa de câmbio; e as expectativas de **inflação**, que apresentaram desancoragem adicional e são determinantes para o comportamento da **inflação** futura", disse o BC.

CONSUMO DAS FAMÍLIAS. Sobre o ritmo de atividade, especificamente, o BC diz ver sinais ainda "incipientes" de moderação do crescimento, com a ressalva de que o **PIB** do primeiro trimestre deve vir forte, em função da safra agrícola.

E enfatiza o fato de que o consumo das famílias teve uma primeira queda, após subir por 13 trimestres consecutivos.

O BC voltou a pontuar que o cenário é de elevada incerteza. Pelo lado externo, há as políticas já anunciadas pelo presidente americano Donald Trump, os riscos geopolíticos e, agora, o aumento de gastos com defesa na Europa, que podem pressionar as taxas de juros globais. Internamente, houve novo recado de que as incertezas na área fiscal têm tido impacto sobre os preços dos ativos, particularmente do dólar, além de afetarem as expectativas dos agentes econômicos. Assim, o BC cobrou de novo que as políticas fiscal e monetária sejam "harmoniosas".

O teor da ata teve um impacto positivo no mercado. Para a maioria dos analistas, a mensagem da ata veio ainda mais dura do que o **comunicado** divulgado depois da reunião, na semana passada (mais informações na pág. B2).

O BC ainda deu três sinalizações à frente: disse que seguirá subindo os juros, e que o ciclo não está encerrado; que a alta será menor, em função de todo aumento já promovido; e que, como há incertezas, quer tempo para decidir os próximos passos.

Segundo analistas, não há dúvidas de que o BC tem seguido à risca o manual de política monetária. Olhar para o **PIB** faz sentido, já que a **inflação** de serviços só cairá com o arrefecimento do mercado de trabalho. Mas ponderam que a questão é se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de olho na eleição de 2026,

aceitará a dose extra de juros altos, e por mais tempo.

Cenário

Para Copom, expectativas desancoradas em prazos mais longos exigem aperto monetário maior

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Juros sobem, mas o governo segue gastando (Artigo)

ROLF KUNTZ

ROLF KUNTZ JORNALISTA

O governo gasta demais, a **inflação** avança, o Banco Central aumenta os juros, o consumidor se enrola, o Tesouro fica mais endividado e a história se repete, para o mal do País, enquanto a ganância pública se prolonga. Os juros subiram de novo na semana passada, chegaram a 14,25%, e mais um aumento está previsto para a próxima reunião do Copom. O próximo ajuste poderá ser menor do que o anterior, de 1 ponto porcentual, mas isso dependerá, provavelmente, da perspectiva de **inflação**.

As expectativas continuam ruins e podem justificar um aperto monetário ainda severo e prolongado. No mercado, a mediana das projeções aponta para **inflação** de 5,65%, neste ano, e de 4,50% no próximo. O governo continua gastando e nenhum sinal de mudança partiu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na ata da última reunião, publicada ontem, os membros do comitê mudaram a referência à desancoragem das expectativas, uma noção frequente nesse tipo de documento. Desta vez, a palavra foi acompanhada de um adjetivo, e o texto passou a indicar uma "desancoragem adicional", com efeito mais grave, portanto, sobre o "comportamento da **inflação** futura".

Como sempre, o documento menciona a importância de se harmonizarem as políticas fiscal e monetária. A referência à política fiscal, isto é, à condução das contas do governo, é o dado crucial.

Numa tradução simples, o governo precisa cuidar mais de suas finanças, isto é, tem de usar seu dinheiro com mais prudência e gastar menos. A ata se refere à maneira como os agentes econômicos percebem "o regime fiscal e a sustentabilidade da dívida".

Em outras palavras, o mercado percebe o gasto excessivo e o risco de uma dívida pública crescente e, talvez, impagável.

Isso afeta os preços dos ativos, complica as finanças e atrapalha perigosamente o funcionamento da economia.

O recado ao presidente Lula é claro e simples, mas ele insiste em ignorá-lo, apesar dos conselhos do ministro da Fazenda.

Insegurança e **inflação** longe da meta são dois efeitos inevitáveis da **desordem** das contas federais.

Esses efeitos podem ser inicialmente obscurecidos pela aceleração da economia, mas o fim da história é previsível, bem conhecido e muito ruim - mas pouco preocupantes, aparentemente, para quem confunde governo com ganância e busca de popularidade.

Cenário

As expectativas continuam ruins e podem justificar um aperto monetário ainda severo e prolongado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economistas veem tom mais duro do BC em mensagem da ata

**CÍCERO COTRIM, CÉLIA FROUFE, ANNA SCABELLO,
GUSTAVO NICOLETTA, MARIA REGINA SILVA e
GABRIELA JUCÁ**

Se a leitura predominante no mercado até aqui é de um aumento de 0,5 ponto porcentual para a taxa básica de juros na reunião de maio do Copom - chegando a 14,75% -, não existe o mesmo consenso em relação ao tamanho total do ciclo de aperto monetário, dada a avaliação dos analistas de que a ata divulgada ontem veio com um tom ainda mais duro do que o **comunicado** publicado na semana passada.

Na ata, o Banco Central afirma que vai se guiar pelo "firme compromisso de convergência da **inflação** à meta" e que a Selic deve ser mantida em nível elevado por tempo prolongado para chegar a seu objetivo.

Pesquisa feita ontem pelo Projeções Broadcast mostra que, de 34 instituições financeiras consultadas, 30 têm como cenáriobase aumento de 0,5 ponto para a Selic em maio. As outras quatro projetam alta de até 0,75 ponto.

Já as estimativas para o fim do ano variam de 13,25% a 15,25%. "O BC nem precisa falar que o ciclo não está encerrado, porque as expectativas de **inflação** estão desancoradas e o próprio modelo do BC mostra desancoragem no horizonte relevante", afirmou o head de macroeconomia do BTG Pactual, Alvaro Frasson.

Para os economistas do Itaú Unibanco, a ata trouxe um tom "em geral mais duro" ao ressaltar o cenário "indubitavelmente desafiador" para a **inflação** e apontar para a possibilidade de as condições externas mais desafiadoras levarem a uma depreciação das moedas de países emergentes em relação ao real.

Já o economista-chefe para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, avaliou em relatório que a ata reafirmou a postura cautelosa do **comunicado** da semana passada. "O cenário inflacionário permanece desafiador e, sob o novo "framework", é provável que a meta de **inflação** seja ultrapassada em junho." Quanto à atividade econômica, Ramos ressalta que os sinais do conjunto de dados são mistos e não permitem conclusões sobre o ritmo da economia.

"Dados fracos sugerem uma desaceleração maior do

que a observada nos dados sólidos e, embora dados recentes sugiram alguma moderação, o mercado de trabalho permanece aquecido." "VIGILANTE". Na visão do economista- chefe da XP Investimentos, Caio Megale, a ata manteve o "tom vigilante" do **comunicado** da semana passada, reforçando a necessidade de um aperto monetário adicional para a convergência da **inflação** à meta.

"Ao mesmo tempo, a nota sugeriu que o momento para um período de "esperar para ver" está se aproximando." Também em relatório, os economistas do Bradesco avaliaram que a ata reafirmou o comprometimento do Copom com a continuidade do ciclo de aperto monetário.

O documento, na visão do banco, reforçou o tom agressivo ("hawkish") do **comunicado** da reunião, "sem apresentar contrapontos relevantes à continuidade do aperto".

O Bradesco diz que as expectativas desancoradas, repasse cambial, serviços ainda pressionados e o hiato positivo (economia crescendo mais do que seu potencial) são fatores que mantêm o cenário adverso ao Copom.

"O cenário inflacionário permanece desafiador e, sob o novo "framework", é provável que a meta de **inflação** seja ultrapassada em junho"

Alberto Ramos Economista do Goldman Sachs

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para que não restem dúvidas (Editorial)

O ciclo de alta de juros para conter a **inflação** não se encerrou. Foi essa a mensagem central da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC). Decerto para dirimir quaisquer dúvidas que ainda pairassem sobre a decisão, que elevou em 1 ponto percentual a Selic, para 14,25% ao ano, o comitê listou os três motivos que justificam a manutenção do rigor da política monetária: a dinâmica da **inflação**, que considera adversa; a defasagem dos efeitos dos juros altos; e a elevada incerteza do cenário econômico, tanto externo quanto doméstico.

Com isso, a direção do BC ao mesmo tempo invalida avaliações que apontavam para o fim próximo do ciclo de aumento de juros e mostra ter visão distinta da do governo sobre o comportamento da **inflação**. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mesmo contemporizando sobre o último aumento da Selic - usando a mesma imagem adotada pelo presidente Lula da Silva de que é impossível "dar um cavalo de pau" nos juros -, tem insistido na previsão de que a **inflação** vai surpreender e cair, dando margem à queda dos juros ainda em 2025.

Não é essa a perspectiva do BC, que vê na indefinição sobre a **inflação** um "fator de desconforto comum a todos os membros do Copom", mostrando que a unanimidade do colegiado não está restrita à calibragem da alta dos juros, mas se estende aos fatores que levam à decisão. Vale ressaltar que no cenário interno foi dado destaque ao esmorecimento do esforço para reformas estruturais e em prol da disciplina fiscal, o aumento do crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública.

Ou seja, está mais do que comprovado que Planalto e Banco Central seguem caminhos distintos. Lula da Silva vê no crédito a salvação da economia; o BC vê com preocupação o mercado de crédito "pujante dos últimos trimestres"; Haddad vê possibilidade de recuo do câmbio, com consequente melhora dos preços internos; o BC avalia que parte da deterioração com as incertezas nos Estados Unidos começa a se materializar e que preços industrializados seguem pressionados pelo câmbio, preços dos serviços continuam acima do nível para o cumprimento da meta de **inflação** e, no setor de alimentos, os preços elevados tendem a se propagar para outros preços a médio prazo.

Todos os sinais são de que a tal "necessidade de políticas fiscal e monetária harmoniosas", como

preconiza o Copom, é um objetivo bastante difícil. O governo comemora a enorme procura pela nova modalidade de empréstimo consignado privado que criou. Já o BC observa como positiva a inflexão do crédito bancário, diante do menor apetite ao risco pelos bancos e o elevado comprometimento da renda das famílias com o pagamento de dívidas.

Para a autoridade monetária, o arrefecimento da demanda é elemento essencial do processo de reequilíbrio entre oferta e demanda da economia e convergência da **inflação** à meta. O BC ainda vê como incipiente a moderação da atividade econômica. Já o ministro Haddad, com certo exagero, diz que não precisa de recessão para baixar a **inflação**. É uma Babel econômica.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

AGU faz bem em disciplinar ação da primeira-dama (Editorial)

É oportuna a iniciativa da Advocacia-Geral da União (AGU) de impor limites à atuação do cônjuge do presidente da República nas situações em que representa simbolicamente o chefe de Estado em eventos nacionais ou internacionais. O parecer, inédito, é elaborado a pedido do próprio Palácio do Planalto, em meio a contestações à atuação da primeira-dama, Janja da Silva. As críticas se multiplicam nas redes sociais e impõem desgaste ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Elas vêm sobretudo da oposição, mas encontram eco também dentro do próprio governo e em aliados. Têm sido frequentes os relatos de gafes, falta de transparência, quebra de protocolo e interferência em assuntos do governo.

O objetivo da medida, diz a AGU, é relacionar direitos e deveres de natureza pública em relação à atuação do cônjuge, além de estabelecer o apoio logístico e financeiro necessário, como diárias, hospedagem, transporte ou comitiva. O documento deverá abordar ainda a questão da transparência, não só em relação à agenda, mas também ao uso de recursos. No entender da AGU, por se tratar de interesse público, cabe ao Estado arcar com as despesas - opinião longe de ser consensual.

A fixação de normas é importante porque a Constituição é omissa a respeito. O texto não terá o peso de uma decisão judicial ou portaria, mas servirá de referência à administração pública federal. Será um passo importante diante do vácuo de normas que abre espaço a críticas e interpretações de acordo com simpatias políticas e pessoais.

A iniciativa não surgiu exatamente da preocupação do Planalto com transparência ou gastos, mas da intenção de blindar Janja de ações na Justiça e da constatação de que sua atuação controversa tem contribuído para minar a popularidade de Lula, já desgastada por **inflação**, violência e outros problemas. De acordo com levantamento AtlasIntel/Bloomberg, 58% dos brasileiros têm imagem negativa dela (em outubro eram 40%). Em pesquisa PoderData, metade dos 83% que declararam conhecer a primeira-dama desaprovam sua participação no governo (apenas 29% aprovam).

A socióloga Janja exibe estilo próprio e, desde o início do terceiro mandato de Lula, assumiu protagonismo

em decisões do governo. Tem exercido seu papel de forma pouco protocolar e pouco transparente. Em dois anos e três meses, coleciona um sem-número de gafes. Em evento paralelo ao G20, soltou um palavrão para se referir ao empresário Elon Musk. Debochou da morte de um homem-bomba em frente ao Supremo Tribunal Federal e gerou constrangimento no evento oficial ao ser a única primeira-dama a ficar na mesa dos líderes globais, diante das câmeras. Em visita à galeria de ex-presidentes da República, causou mal-estar ao dizer que vários não mereciam estar ali. A lista é longa.

É pouco provável que as gafes cessem a partir da iniciativa da AGU. Mas sem dúvida é preciso estabelecer limites. Pedidos de informação sobre a agenda de Janja ou despesas em suas viagens têm sido negados pelo governo, quase sempre sob alegação de que ela não ocupa cargo público oficial, por isso não é obrigada a divulgar suas atividades. Ora, desde o início do mandato de Lula, é evidente que Janja tem exercido função pública, mesmo sem cargo formal. A sociedade tem o direito de saber, o governo tem o dever de informar. Se o protocolo da AGU ao menos trouxer mais transparência, já terá sido útil.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mello vê cenário melhor para alimentos - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Quando a Argentina era presidida por Cristina Kirchner (2007-2015), as crianças que iam lanchar com a família no fim de semana costumavam ouvir dos pais: "Escolham o que quiserem, desde que seja o Big Mac do Moreno". O icônico sanduíche, usado pela revista "The Economist" como referência para uma comparação global do poder de compra das moedas, teve seu preço controlado quando a carne disparou.

A "Economist" precisava explicar, quando divulgava seu índice, que a Argentina era um caso à parte.

Guillermo Moreno era o secretário de Comércio Interno, influente a ponto de ser apontado como o verdadeiro comandante da economia. Preço controlado e limites à exportação faziam parte de seu repertório de medidas de alta voltagem populista para domar a **inflação**. Deram certo por um tempo, mas quebraram o país.

Como noticiado por este jornal, a ideia de cobrar Imposto de Exportação sobre a carne chegou a ser discutida por integrantes do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no frenesi gerado pela queda da popularidade do presidente, motivada principalmente pela alta da **inflação** de alimentos. Desde o início do ano, porém, a queda na cotação do dólar esfriou a usina de medidas destinadas a derrubar a **inflação** com só tiro.

A perspectiva de uma safra recorde colocou no radar um cenário mais favorável para a **inflação** de alimentos, como pontuaram o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no debate Rumos 2025, realizado pelo Valor na última segunda-feira (24).

"Nosso cenário se torna mais benigno, porque teremos muito mais oferta de alimentos, um câmbio muito melhor que no fim do ano passado e um ano climaticamente melhor, sem El Niño nem La Niña", listou o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, em conversa com a coluna. Os três fatores, atuando de forma adversa, tornaram a alimentação mais cara no ano passado.

O dólar um pouco mais comportado em 2025 pode ser explicado, em parte, pela decisão da China de

estimular a renda e o consumo, comentou. É possível que o mercado esteja antecipando os impactos dessa decisão sobre países emergentes como o Brasil, que tendem a ser beneficiados. É um vetor que vem sendo considerado junto com as incertezas geradas pelo governo de Donald Trump nos EUA, relatou.

A chegada da safra, com custo menor para rações, deve trazer algum alívio para os preços das proteínas, que têm se destacado nas pressões inflacionárias desde o fim do ano passado. Há também boas previsões para a safra de arroz, acrescentou o secretário.

O governo, além disso, cortou o Imposto de Importação sobre alguns itens. Entre eles, o milho, que impacta preços de carne de frango e ovos. Embora o Brasil seja produtor do grão, hoje os preços internacionais estão mais competitivos, disse o secretário.

Por muito tempo, disse o secretário, a **inflação** de alimentos teve um comportamento parecido com o do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Na última década, houve um "descolamento" e a alimentação passou a subir mais.

"Alguns estudiosos já atribuem isso às mudanças climáticas", disse. "É certamente algum impacto há, porque nós vemos de maneira recorrente, cada vez mais, problemas de safra derivados de secas e inundações em diferentes países, não só no Brasil."

O aumento da renda na Ásia, onde se concentra metade da população global, é um fator estrutural que ajuda a explicar o "gap" entre índices, acrescentou.

O governo vem adotando políticas estruturais para ajudar a manter baixos os preços dos alimentos. O próximo Plano Safra deve repetir os dois focos que vêm sendo adotados desde 2023: direcionamento dos recursos para pequenos e médios produtores e para produção de itens que não são commodities, como feijão e batata.

A colheita da atual safra vai puxar para cima os níveis de atividade neste primeiro semestre. "Aí você fala: "meu Deus, atividade econômica é inflacionária"", comentou Mello. "Mas esse é um tipo de choque de oferta, digamos assim; é deflacionário."

Apesar do cenário mais favorável para os preços de alimentos, as projeções de **inflação** seguem desancoradas, bem acima da meta de 3%, como mostrou a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada ontem.

Num momento em que o governo não fala mais em medidas de ajuste fiscal e aposta no novo crédito consignado para trabalhadores do setor privado e no aumento para R\$ 5 mil do limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), os diretores do Banco Central insistem que medidas desse tipo isso elevam o custo do combate à **inflação**.

Diz a ata que o "esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, conseqüentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade".

O governo pisa no acelerador, e o Banco Central, no freio. O problema é que estamos todos no mesmo carro.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1§ion=1)**

Pará pode ser epicentro da bioeconomia na Amazônia

O Pará tem potencial para ser o epicentro da bioeconomia na Amazônia. O **PIB** paraense pode aumentar em R\$ 816 milhões, elevar em R\$ 44 milhões a arrecadação fiscal e gerar 6,6 mil empregos desde que existam investimentos de R\$ 720 milhões em 13 cadeias da bioeconomia. Há estimativas de que este valor já está a caminho.

Estes dados fazem parte de extenso estudo lançado esta semana pelo WRI Brasil, instituto de pesquisa que faz parte do think tank World Resources Institute, com sede nos Estados Unidos.

"Impactos econômicos de investimento em bioeconomia no Pará" procurou avaliar quais os recursos atualmente disponíveis e com potencial de captação de investimentos em bioeconomia no Estado e demonstrar os impactos econômicos esperados se esses investimentos fossem aplicados nas cadeias da bioeconomia. Outra meta do estudo era identificar convergências nas políticas públicas de incentivo à bioeconomia, restauração florestal e desenvolvimento territorial.

"A vocação da Amazônia é a bioeconomia baseada na floresta viva, na restauração dos ecossistemas e na expansão dos sistemas agroflorestais, com inovações sociais e tecnológicas que estimulam o fluxo circular de renda, inclusão social e aumento da resiliência climática", começa o sumário executivo do trabalho.

O Pará foi escolhido como foco do estudo por três razões. Entre os nove Estados amazônicos, 75% do que é produzido em bioeconomia vem do Pará. "Além disso, o Pará tem um conhecimento científico e tradicional muito bem consolidado", diz Rafael Feltran-Barbieri, economista sênior do WRI Brasil. "Pela questão estrutural, o Estado é a grande potência da bioeconomia, pelo conhecimento científico e tradicional e pelo uso cotidiano destes produtos", continua.

O terceiro ponto é a estruturação de planos e políticas públicas feitos no Estado nos últimos anos e que agora têm que mostrar convergência - o Plano Estadual de Bioeconomia, o Plano de Recuperação da Vegetação Nativa e o Programa Territórios Sustentáveis.

Entre 2023 e abril de 2024, os pesquisadores fizeram

um levantamento exaustivo sobre todos os recursos financeiros que, naquele período estavam captados, em negociação ou com potencial de captação para ações climáticas no Pará, tanto pelo governo como por iniciativas privadas e bancos multilaterais. Foram identificados entre R\$ 1,7 bilhão e R\$ 1,8 bilhão nestas três rubricas, sendo aproximadamente R\$ 720 milhões possivelmente direcionados à bioeconomia.

Outra característica importante, diz Barbieri, é que o Pará é o Estado que mais tem bioeconomia na merenda escolar.

Querer que a bioeconomia seja um setor imenso é uma contradição"

- Rafael Barbieri

Os pesquisadores buscaram equilíbrio entre oferta e demanda para impulsionar a bioeconomia. Nos próximos cinco anos, a demanda poderia ser estimulada via programa da merenda escolar, aumentando o leque de produtos. O valor total de estímulo entre os investimentos de oferta e demanda resultariam em R\$ 720 milhões, diz o estudo.

"Calculamos que, se fossem investidos R\$ 720 milhões em cinco anos, conseguiríamos aqueles números de **PIB**, empregos e massa salarial", diz ele. Dito de outra forma, cada R\$ 1 investido na bioeconomia pode gerar R\$ 1,13 no **PIB**, R\$ 0,19 em massa salarial e R\$ 0,06 em **impostos** indiretos.

A partir da lógica setorial, cada R\$ 1,00 investido na produção de matéria-prima da bioeconomia geram R\$ 1,14; se o investimento for na industrialização de produtos, o retorno é de R\$ 1,27; na comercialização, o efeito seria de R\$ 1,40 por real investido. "A capacidade de recuperar o dinheiro investido na bioeconomia é mais alta do que na cadeia da pecuária, que gira em torno de R\$ 1,30", diz.

"A bioeconomia é uma estratégia de desenvolvimento baseada no uso sustentável dos recursos naturais, valorizando a floresta em pé e promovendo cadeias produtivas ligadas à sociobiodiversidade", diz material enviado à imprensa. Atualmente 13 produtos respondem por mais de 90% do valor bruto da bioeconomia, como açaí, cacau, castanha, borracha de seringueira, mel de abelhas nativas e cupuaçu.

Barbieri faz um alerta importante: "Querer que a bioeconomia seja um setor imenso, como é o da soja ou da pecuária, é uma contradição nos próprios termos". "Consideramos que a bioeconomia tem dois pilares: o da biodiversidade e biocapacidade, e o segundo, do conhecimento integrado, local e científico", explica. "Mas se se começa a introduzir monoculturas de produtos da biodiversidade, não se está mais promovendo a bioeconomia, mas promovendo uma nova monocultura, baseada em produtos da biodiversidade", diz. "A bioeconomia não será gigante, mas tem a capacidade de fazer o que outras cadeias não fazem: incluir as pessoas mais vulneráveis, que conhecem a região e protegem a floresta".

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1§ion=1)**

Protecionismo sinaliza antidumping recorde

O Departamento de Defesa Comercial (Decom), órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), poderá receber um número recorde de petições para defesa comercial contra práticas consideradas desleais neste ano, na esteira do crescimento de importações e indicações do governo Lula de adoção de políticas de fomento à indústria. O potencial rearranjo do fluxo comercial global, com os anúncios do presidente dos EUA, Donald Trump, também deverá dar mais combustível aos pedidos feitos pela indústria demandando medidas de proteção.

Levantamento feito pelo escritório Pinheiro Neto a pedido do Valor identificou que no ano passado o Decom recebeu 117 petições, aumento de 165,9% em relação a 2023 (foram 44), chegando perto do maior patamar já registrado. O atual recorde foi anotado em 2011, ano em que o departamento recebeu 128 petições. Em 2022 foram 17 petições do tipo recebidas.

Grande parte das petições envolve, no geral, pedido para medidas antidumping, que é aquela que envolve casos em que um determinado exportador vende a preço mais baixo a outros países em relação ao mercado interno. Há em menor número ainda as medidas compensatórias, que abarcam aquelas contra a produção de países que receberam, de forma comprovada, subsídios, algo que no geral se concentra contra a China.

Segundo dados do Decom há no momento 43 investigações de defesa comercial em curso, majoritariamente como alvo a China, com 24 dessas investigações. A concentração das investigações está em produto siderúrgicos, plásticos e pneus, mas há caso envolvendo leite em pó e águas hipodérmicas. Uma das petições esperadas é a da Anfavea, que representa as montadoras tradicionais e que já disse que estuda agir contra empresas chinesas.

No caso da investigação envolvendo o leite em pó, o produto é importado de Argentina e Uruguai e a petição foi protocolada pela Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA). Já a envolvendo agulhas, os produtos importados investigados são chineses. Em vigor há hoje 81 medidas antidumping no Brasil.

As medidas de antidumping, assim como as de subsídios e salvaguardas, estão dentro do arcabouço de regras da Organização Mundial do Comércio

(OMC), mas muitas ações tarifárias, como as anunciadas por Trump, estão fora desse escopo.

Além do crescimento dos pedidos, existe ainda outra projeção, abordando outro lado do mesmo tema. A estimativa, segundo especialistas, é de que também devem subir a suspensão e alterações por interesse público, o que significa que medidas protetivas podem ser suspensas se identificado, após análise, de que os benefícios da mesma não superam os malefícios. Esse tipo de alteração, contudo, só ocorre ao fim do processo. Na contramão, se espera que o número de medidas temporárias, que são aquelas que adiantam medidas protetivas, caiam. A questão, segundo especialistas, é e como as preocupações do governo em torno da pressão inflacionária afetará as decisões.

O sócio da área de comércio internacional e relações governamentais do Demarest Fernando Benjamin Bueno acredita que a demanda por ações antidumping deverá seguir aquecida ao longo do ano, ainda puxada por toda a dinâmica de mudança do fluxo de comercial global, algo que já vem ocorrendo há alguns anos. "Estamos vendo os mesmos fatores que causaram aumento das petições em 2024, sendo o grande fator o desvio do comércio", diz.

Segundo ele, esse desvio comercial já tem feito os países a adotarem medidas antidumping. Na Europa, por exemplo, também têm sido mais comuns medidas protetivas com viés social ou ambiental, como a proibição para a importação de produtos de áreas de desmatamento. Bueno frisa que a existência de produtos como escova de cabelo com medidas protetivas, por exemplo, prova que o antidumping pode ser para qualquer fabricante que esteja sofrendo concorrência desleal com importados.

Renê Medrado, sócio da área de direito comercial do escritório Pinheiro Neto, aponta que o crescimento do número de petições também decorre de uma demanda reprimida, algo que andou com a mudança de governo, que trouxe uma expectativa de olhar para a indústria. Além de medidas antidumping, o governo implementou medidas tarifárias no intuito de proteger a indústria nacional, mais especificamente envolvendo produtos siderúrgicos e químicos.

Desafio da defesa comercial será em casos de intermediários"

- Renata Zucollo

Agora, para este ano, Medrado espera novo aumento, também com o "efeito Trump". "A imposição de medidas tarifárias pelo governo Trump traz mais incerteza para exportadores, que devem buscar mercados relevantes para seus produtos, tal como o Brasil." Isso significa que, a depender do cenário, a indústria nacional vai procurar defesa contra esse fluxo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1§ion=1)**

Renata Zucollo, sócia da área de direito concorrencial no escritório Mattos Filho, diz que é comum, em governos mais inclinados à defesa da indústria, o aumento dos pedidos de medidas antidumping. Foi assim, por exemplo, ao longo dos dois primeiros governos de Lula, recorda. Por isso, com seu terceiro mandato, já se esperava uma curva ascendente. O novo catalisador, segundo ela, são as expectativas de desarranjo do comércio global com Trump e os movimentos de adoção no mundo de medidas protetivas.

Pela ótica local, há também um relevante ponto de atenção. A especialista do Mattos Filho destaca, nesse sentido, que medidas protetivas envolvendo bens intermediários, ou seja, aqueles que são insumos para a fabricação do produto final, por exemplo, devem ter um crivo maior na análise diante do ambiente inflacionário no país. Isso porque se um insumo aumenta de preço, a indústria pode absorver, algo que vai corroer sua margem, ou aumentar o preço do produto. "O desafio da defesa comercial será em casos de intermediários, com a inflação mais alta", diz.

Bueno, do Demarest, acredita, por outro lado, que o impacto dessas medidas na inflação brasileira é baixíssima pelo fato de as medidas protetivas serem direcionadas apenas a uma pequena fração do que é importado pelo país.

Já a sócia do escritório Lefosse da área de compliance, investigações e comércio internacional Adriana Dantas, no entanto, acredita que o ritmo caia ao longo do ano. Isso porquê em 2024 o dólar se valorizou frente ao real - e o câmbio é um fator preponderante quando se fala em volume de importação para um país. Dantas explicou que a análise do Decom é bastante técnica e que a questão cambial tem, assim, um peso relevante. "Acho que o ritmo pode dar uma reduzida, porque o mérito fica mais difícil de ser estruturado", comenta.

Segundo a especialista, há muitos casos chegando no escritório, mas muitos não se tornam petições porque a viabilidade do mesmo não é identificada.

Procurado, o Mdic não concedeu entrevista.

Confiança do consumidor volta a subir após três recuos seguidos

Longe de reverter um período de pessimismo, a alta de 0,7 ponto do Índice de Confiança do Consumidor (ICC) em março representa apenas uma "calibragem" do indicador depois de três quedas seguidas. A visão é de Anna Carolina Gouveia, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), para quem o ICC deverá continuar flutuando em "patamares pessimistas" nos próximos meses.

Em março, o ICC subiu 0,7 ponto, para 84,3 pontos, depois de três quedas seguidas que somaram o total de 10,8 pontos de recuo. A alta de março foi puxada pelo Índice de Situação Atual (ISA), que passou de 79,4 pontos em fevereiro para 81 pontos em março, uma alta de 1,6 ponto. O Índice de Expectativas (IE) ficou praticamente estável, ao passar de 87,3 pontos para 87,4 pontos no mesmo período.

Os dois quesitos que avaliam o momento atual, situação econômica local atual e situação financeira atual da família, subiram 0,8 ponto e 2,4 pontos, para 91,2 pontos e 71,2 pontos, respectivamente. Entre os quesitos que avaliam perspectivas futuras, subiram os indicadores de situação econômica local futuro e de compras previstas de bens duráveis, em 0,7 ponto e 4,5 pontos, para 99,3 pontos e 79,7 pontos, respectivamente. O indicador que mede as perspectivas para situação financeira futura da família recuou 4,8 pontos, para 84,7 pontos, o menor nível desde maio de 2022, quando chegou a 81,6 pontos.

"Depois de três meses de queda, subir 0,7 ponto é muito pouco pra falar que vai mudar tendência", diz Gouveia, responsável pelo indicador.

Ela destaca que o avanço de março foi puxado apenas pela percepção da renda mais alta, que tem ganho mensal superior a R\$ 9.600,01. Nessa faixa, a confiança do consumidor subiu 1,3 ponto em março. Nas outras três faixas, houve recuo no ICC em março: -2,3 pontos para quem ganha até R\$ 2.100,00 por mês; -0,5 ponto para quem ganha entre R\$ 2.100,01 e R\$ 4.800,00; e -2,7 pontos para quem tem renda mensal entre R\$ 4.800,01 e R\$ 9.600,00.

Gouveia explica que o avanço do índice no geral é explicado pelo maior peso que a renda mais alta tem no cálculo do ICC.

A economista ressalta que "ainda é cedo" para saber se os próximos meses trarão uma alta mais consistente do ICC. Segundo ela, o mais provável é que o indicador vai flutuar ao redor dos 90 pontos, em nível de "pessimismo moderado", ao longo dos próximos meses, com melhoras e pioras pontuais. Mas a tendência, diz ela, é que o ICC continue longe dos 100 pontos, patamar que indica estabilidade.

Gouveia destaca que a última vez que o ICC ficou acima dos 100 pontos foi em dezembro de 2013, com 100,6 pontos. Segundo ela, o cenário de março pode ter se beneficiado de notícias importantes, como a mudança na tabela do Imposto de Renda, o consignado para trabalhadores da iniciativa privada e o **saque-aniversário do FGTS**.

No nível macro, o horizonte segue negativo, com aumento de tarifas globais, juros altos e **inflação** persistente. "A única coisa boa é o mercado de trabalho, que segura para que a confiança não piore mais", diz.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1§ion=1>

Turquia expõe o risco de uma guinada autoritária global

A frase mais célebre (dos anos 90) do presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, diz que "a democracia é como um bonde. Você viaja até chegar ao seu destino, e então você desce". Com a prisão do principal líder opositor turco, na semana passada, Erdogan parece estar sinalizando que chegou ao seu ponto final. Não é coincidência que isso ocorra com Donald Trump na Presidência dos EUA. A falta de reação de Washington ameaça deixar a estrada livre para ataques à democracia pelo mundo. A Turquia de Erdogan pode ter sido o primeiro dominó de uma onda autoritária. Há o risco de que outras Turquias virão.

Na semana passada, o popular prefeito de Istambul, Ekrem Imamoglu, foi detido sob acusações vagas de corrupção, de liderar uma organização criminosa e de ajudar o PKK, o proscrito partido ligado à minoria curda, que é considerado uma organização terrorista pelo governo turco. Ele diz que a motivação é política. A prisão desencadeou protestos e turbulência nos mercados financeiros locais. A lira turca caiu 3,5% e Bolsa de Istambul recuou 12,5% desde a quarta-feira (19/03).

Quando foi detido, Imamoglu estava para ser indicado como o candidato da oposição à Presidência da Turquia. A indicação acabou confirmada numa prévia partidária realizada no fim de semana, na qual ele teve, segundo seu partido, cerca de 15 milhões de votos, numa demonstração de porque a sua popularidade é temida por Erdogan. O prefeito já vinha sofrendo assédio há tempos. Em 2022 ele foi condenado à prisão e banido da política por insultar a autoridade eleitoral turca. Ele recorreu e o caso está pendente. Um dia antes da prisão, a Universidade de Istambul anulou o seu diploma em administração por supostas irregularidades, o que o impediria de concorrer à Presidência.

A prisão de um opositor popular segue o manual do líder autoritário utilizado seja por Nicolás Maduro, na Venezuela, até Vladimir Putin, na Rússia. O presidente Xi Jinping também usou uma campanha anticorrupção para se livrar de adversários dentro do Partido Comunista Chinês.

Ex-prefeito de Istambul, Erdogan está no poder na Turquia desde 2003. Até 2014 foi primeiro-ministro. Em seguida, tornou-se presidente e, por meio de uma reforma constitucional, transformou o país num regime

presidencialista, concentrando o poder em suas mãos. Ele foi reeleito em 2018 e 2023, tendo mandato até 2028.

Apesar de as eleições ainda estarem distantes, Erdogan está sob pressão pela disparada da **inflação**, cujo acumulado em 12 meses que deve superar 70% em abril. A alta dos preços afeta os mais pobres, justamente a parcela da população que mais o apoiava. Nas eleições locais do ano passado, o partido nacionalista islâmico do presidente sofreu uma dura e inesperada derrota.

É impossível saber neste momento se houve alguma anuência do governo americano à escalada autoritária na Turquia. Não há informações sobre se Erdogan alertou Washington previamente. Mas é muito improvável que o presidente turco sinalizasse sua intenção de descer do ônibus da democracia se não achasse que tem o apoio tácito de Trump.

Trump nunca escondeu a sua admiração por líderes autoritários. Seu pouco apego à democracia ficou evidente na tentativa de reverter sua derrota nas eleições presidenciais de 2020 nos EUA. Ele não deu até agora nenhuma indicação de que atuará para defender regimes democráticos pelo mundo. E, apesar de ter ameaçado a China com tarifas de até 60%, os principais alvos do seu protecionismo comercial até agora foram aliados democráticos, como México, Canadá e União Europeia.

Washington evitou qualquer comentário sobre a prisão de Imamoglu, dizendo que se trata de um assunto político interno turco. Um porta-voz reiterou apenas que os EUA esperam que os direitos de todos os cidadãos sejam respeitados, uma declaração protocolar.

A Turquia é um importante membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental, liderada pelos EUA), e o único com presença no Oriente Médio. A Otan não tem uma cláusula democrática específica, mas o seu estatuto, de 1949, estabelece que seus membros devem defender os princípios da democracia, liberdade individual e Estado de direito.

Não seria a primeira vez, porém, que a Otan faria vista grossa a um membro não democrático. De 1967 a

1974 a Grécia esteve sob uma repressiva ditadura militar e, ainda assim, continuou na aliança militar. Na época, o país estava na linha de frente de defesa da fronteira sudeste da Otan. Hoje essa posição é justamente da Turquia.

Ou seja, a Turquia é um país importante e estratégico para o Ocidente. Por isso, os principais governos ocidentais reagiram com cautela à situação atual e deverão explorar todas as opções de mediação e negociação para tentar evitar que a guinada autoritária se concretize.

Mas qualquer indicação de que o governo Trump pode se acomodar com um regime autoritário turco sinalizará ao resto do mundo que Washington não irá se opor se o mesmo ocorrer em outros países.

Os riscos disso são evidentes. No começo de dezembro do ano passado, o então presidente da Coreia do Sul, Yoon Suk Yeol, tentou dar um autogolpe ao decretar lei marcial e fechar do Parlamento local. O governo Joe Biden reagiu com cautela, mas foi aos poucos indicando apoio à democracia e ao Estado de direito, num sinal de que não apoiava o golpe, que acabou fracassando. Analistas sugerem que Yoon tentou aproveitar o momento de transição política nos EUA. Se tivesse esperado mais algumas semanas, o resultado poderia ter sido diferente. O partido de Yoon tem relações próximas com aliados de Trump.

O mesmo vale para o Brasil. Ao que tudo indica, o governo Biden agiu decisivamente para minar a iniciativa golpista que foi articulada no final do governo de Jair Bolsonaro. Mas o que teria ocorrido se houvesse a percepção de que o movimento não teria a oposição dos EUA? É impossível saber ao certo, mas a tentação de avançar teria sido maior. É justamente essa tentação que ameaça agora estimular uma onda autoritária pelo mundo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1§ion=1)**

Japão vai enviar missão técnica ao Brasil para inspecionar FRIGORIFICOS

O Japão irá enviar ao Brasil uma missão técnica de especialistas em saúde animal para avaliar o sistema brasileiro de inspeção sanitária e frigoríficos de carne bovina. A informação foi confirmada pelo ministro da Agricultura Carlos Fávaro, que se reuniu ontem com seu homólogo japonês, Taku Eto, em Tóquio. Fávaro faz parte da comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que visita o país asiático nesta semana.

A vinda da missão técnica é um passo considerado essencial para a abertura do mercado japonês à carne bovina brasileira e para a ampliação do acesso da carne suína, hoje restrita a Santa Catarina. Fávaro não informou, porém, quando a missão virá o Brasil.

Segundo o ministro, a expectativa é concretizar a abertura do mercado japonês para a carne bovina brasileira até o próximo ano, ainda no atual governo. À imprensa, ele disse que o presidente Lula prometeu empenho pessoal para avançar nessa pauta. O objetivo da comitiva brasileira em Tóquio é demonstrar que a abertura do mercado não vai tirar competitividade dos produtores locais e pode ajudar a controlar a **inflação** das carnes no país, disse o ministro.

A abertura do mercado japonês à carne bovina brasileira é uma das pautas prioritárias da missão oficial ao país asiático. Uma das exigências do Japão para passar a importar o produto é que o Brasil comprove que é livre de aftosa sem vacinação. Em maio, o Brasil deve ter esse reconhecimento, na próxima reunião da Organização Mundial de Saúde Animal (Omsa).

De acordo com **comunicado** compartilhado pelo Ministério da Agricultura do Brasil, o ministro japonês também confirmou, na reunião com Fávaro, a aprovação da regionalização do Certificado Sanitário Internacional (CSI) para influenza aviária por município.

Com a atualização do protocolo, eventuais restrições de exportação de carne de frango e ovos, em possível episódio da doença em aves de criação doméstica ou co-

"Expectativa é concretizar a abertura até o próximo ano" Carlos Fávaro comercial, ficarão limitadas apenas aos municípios onde houver detecção de focos da gripe

aviária, e não mais ao Estado todo.

Os acordos deverão ser assinados nesta quarta-feira (26), durante o Fórum Empresarial Brasil-Japão em Tóquio, com a presença do presidente Lula e do primeiro-ministro japonês, Shigeru Ishiba.

Ontem, os ministros Fávaro e Taku Eto também assinaram uma carta de intenções para fortalecer a cooperação na recuperação de pastagens degradadas no Brasil, em apoio ao Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis (PNCPD). Em 2024, o Japão anunciou aporte de US\$ 300 milhões para o financiamento de produtores brasileiros interessados em recuperar áreas degradadas. A intenção agora é obter mais US\$ 1 bilhão do Japão.

Em reunião com mais de 20 empresários brasileiros de frigoríficos de carne bovina em Tóquio também ontem, o presidente Lula afirmou que espera conseguir convencer o Japão das "coisas boas que o Brasil" tem para negociar.

Além da abertura do mercado japonês à carne bovina, o etanol também está na pauta da comitiva do Brasil. Na reunião com empresários brasileiros, ministros e parlamentares japoneses, Lula disse que a ampliação do uso de etanol no Japão pode abrir oportunidades para o crescimento das exportações do biocombustível e atrair novos investimentos internacionais para a produção no Brasil.

"Vamos conversar com primeiro-ministro [japonês]. Se o Japão usar 10% [de etanol na gasolina] é um salto extraordinário não apenas para que a gente exporte, mas que eles possam ir produzir no Brasil. Não é só que queremos vender, se houver empresários japoneses que queiram fazer investimentos no Brasil, em todas as regiões, eles podem fazer e fazer com que a gente mude efetivamente a matriz energética", afirmou o presidente, segundo a Agência Brasil.

Atualmente, a lei japonesa autoriza a mistura de até 3% de etanol na gasolina. Os planos agora são para elevar a adição para 10% até 2030. O país também avança no marco regulatório para o desenvolvimento do Combustível Sustentável de Aviação (SAF), que tem no etanol uma das rotas mais promissoras,

segundo a União Nacional da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica).

Na reunião, Lula também disse que o fluxo comercial do Brasil para o Japão caiu nos últimos anos e que a tentativa de aberturas de novos mercados busca suprir essa queda. "Em 2011, o fluxo da balança comercial foi de US\$ 17 bilhões e hoje caiu para R\$ 11 bilhões. De pronto, temos US\$ 6 bilhões para recuperar na minha visita", afirmou. (Colaborou Shi-nichiro Nakaba, de Tóquio)

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1§ion=1)**

Mercado vê Selic ao redor de 15% após tom duro do Copom em ata

Gabriel Caldeira, Victor Rezende, Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro De São Paulo e Brasília

Com uma ata que, no geral, adotou um tom bastante duro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) buscou reforçar que o ciclo de aperto dos juros não chegou ao fim e que, diante da "elevada incerteza" do cenário, optou por sinalizar apenas a direção - de alta - do próximo movimento da Selic. O documento foi bem recebido no mercado, mas não modificou de forma relevante a sensação de que o ciclo deve continuar até junho e de que os juros devem ficar ao redor de 15%, nos maiores níveis desde 2006.

Três pontos de análise de conjuntura foram os que mais chamaram a atenção dos agentes de mercado: a posição do comitê sobre a desaceleração da atividade econômica; o apontamento sobre a importância de os canais de transmissão da política monetária ficarem desobstruídos; e a preocupação com a desancoragem das expectativas de **inflação**.

Nesses três pontos, o colegiado foi visto como mais conservador pelos participantes do mercado, o que fortaleceu a percepção de juros mais altos e por um período prolongado. "O cenário de convergência da **inflação** à meta torna-se mais desafiador com expectativas desancoradas para prazos mais longos e exige uma restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado", escreveu o próprio comitê na ata.

"O ciclo de alta de juros não acabou", diz o economista-chefe para Brasil da Bahia Asset Management, LEO PINHEIRO/VALOR Luiz Felipe Maciel, para quem a ata foi "consistente com o cenário macroeconômico que estamos vivendo".

O cenário base defendido pela gestora inclui a Selic em 15,25% no fim do ciclo, em junho, com a taxa mantida em níveis elevados por um longo período.

"A ata mostra que existe, sim, uma continuidade do processo de aperto, mesmo que em menor magnitude", enfatiza Maciel, ao destacar tanto o apontamento do Copom de que deve haver harmonia entre as políticas monetária, fiscal e parafiscal quanto o termo utilizado pelo colegiado, de "obstrução da política monetária".

"Novas medidas de crédito público, parafiscal e contabilidade criativa atrapalham a vida do BC, que está tentando apagar o incêndio da **inflação** com os juros, mas que pode ter um lado obstruindo", afirma o economista.

Maciel enfatiza que, pelo que indicou o Copom, uma desaceleração da atividade econômica é esperada e é essencial para a convergência da **inflação** para a meta de 3%. "O grau da desaceleração vai fazer toda a diferença no processo", diz o economista, cuja projeção de crescimento para este ano é de 2,5%, o que indicaria uma desaceleração gradual e, portanto, um processo lento de desinflação.

"O mercado já precifica queda de juros e o Focus tem uma Selic de 12,5% no fim de 2026. Nós não acreditamos que a Selic vá para esses níveis no próximo ano, porque, no nosso cenário e no do próprio BC, existe uma **inflação** significativamente acima da meta. Vemos uma convergência lenta", alerta.

A visão guarda semelhanças com a do economista Marco Antonio Caruso, do Santander, para quem a ata apresentou um viés mais conservador, mas sem alterar drasticamente a precificação do mercado para o aperto monetário em curso. A curva de juros, no momento, aponta para uma Selic em torno de 15,5% no fim do ciclo.

Na avaliação do economista, embora mantenha o caminho à frente em aberto por conta da incerteza, o Copom sugere que os juros ficarão "altos por mais tempo" ao citar a defasagem do impacto da política monetária sobre a economia real, além de acrescentar que a convergência de **inflação** "exige uma restrição monetária maior e por mais tempo". De forma geral, Caruso acredita que, mais uma vez, o nível de 15,25% "soa como teto para o BC".

No caso do economista-chefe e estrategista da AZ Quest, André Muller, o Copom deve efetuar um aumento de 0,5 ponto no juro básico em maio e uma elevação de 0,25 ponto em junho, o que levaria a Selic a 15% no fim do ciclo.

"A postura do BC é a de se manter mais conservador para, até mesmo, intensificar o processo de ancoragem [das expectativas de **inflação**]", diz o economista, ao notar que, recentemente, houve uma

queda da **inflação** "implícita", ainda que bastante limitada. Dados da Anbima apontam que, no fim da sessão de ontem, a **inflação** extraída da NTN-B com vencimento em agosto de 2026 estava em 5,46% contra 6,36% no início do mês.

Muller avalia, inclusive, que, para haver um debate sobre o início de um processo de flexibilização monetária, é necessária a queda das expectativas para um menor esforço do lado da atividade, diante da intenção de combater as pressões inflacionárias. "O ambiente dos últimos três meses deve prevalecer para termos isso, sem haver mudanças na direção da política fiscal e com o BC tendo liberdade para agir", diz o economista.

Por outro lado, o economista Leonardo França Costa, do ASA, avalia que o comitê não pode encerrar um ciclo de aperto com uma postura mais suave, o que o leva a acreditar que a alta da Selic esperada para maio deve ser a última. Para ele, as menções ao efeito defasado da política monetária e à expectativa de uma política monetária restritiva por mais tempo são sinais de que o Copom está "criando um cenário no qual ele para e mantém os juros elevados".

Na visão de Costa, a atividade econômica mostra sinais de recuperação após um quarto trimestre "fora da curva" e o quadro inflacionário como um todo se mantém bastante pressionado. "O que a gente vê é que o Copom está tentando ganhar tempo. É como se estivesse dizendo que entregou os 3 pontos percentuais de alta e vai entregar mais um pouco, e que é possível acreditar que algum efeito vai vir desse aperto", afirma.

Embora não seja o seu cenáriobase, o economista do ASA não descarta a possibilidade de o Copom aumentar a Selic em 0,5 ponto mais uma vez em junho, para 15,25%, a depender da dinâmica da atividade econômica e da **inflação** até o fim do semestre.

Vale notar ainda que, na ata, o Copom destacou a incerteza no ambiente global e na atividade doméstica, além do cenário adverso da **inflação**. Para o colegiado, mais incertezas globais e movimentos cambiais abruptos exigem "maior cautela na condução da política monetária doméstica".

No caso da economia dos Estados Unidos, apesar de ressaltar que o cenário-base do colegiado continua sendo de "desaceleração gradual e ordenada", o Copom levantou que há dúvidas em "diversas dimensões", como sobre restrições de oferta de trabalho, abrangência e intensidade da elevação de tarifas de importação e possíveis estímulos fiscais.

"A incerteza sobre a implementação das tarifas também tem impacto sobre expectativas, determinação de preços e **inflação**. Desse modo, parte dessa deterioração do cenário, que também já foi discutida em reuniões anteriores, já começa a se materializar", disse o colegiado na ata. Houve menção, ainda, ao cenário europeu, onde há "renovadas pressões para uma expansão do gasto público.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1§ion=1>

BC deixa opções em aberto para mais aperto nos juros

Alex Ribeiro De São Paulo

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) deixou as opções em aberto para fazer um aperto mais forte nos juros, tanto na reunião de maio quanto nas seguintes, em ata da reunião da semana passada, divulgada ontem.

O **comunicado** que saiu logo depois da reunião havia feito as apostas do mercado convergirem para uma alta de 0,5 ponto na Selic em maio, dos atuais 14,25% ao ano para 14,75% ao ano. Com a ata, o Copom amplia a incerteza sobre o seu próximo movimento, o que aumenta as chances de subir 0,75 ponto.

O colegiado também deixou em aberto a possibilidade de um ciclo mais prolongado, ao dizer, também na ata, que o cenário adverso não recomenda indicar que o trabalho de alta da Selic tenha chegado ao fim. Muitos haviam lido no **comunicado** da semana passada sinais de que o Copom estava perto de encerrar o ciclo de aperto.

No dia da decisão, o BC havia indicado que, depois de elevar os juros básicos em um ponto percentual, para 14,25% ao ano, o seu próximo movimento seria "de menor magnitude". Com a sinalização, as hipóteses teóricas para a próxima alta, em maio, ficaram entre 0,25 ponto, 0,5 ponto e 0,75 ponto percentual.

Quando o Copom dá três opções, como fez, o mercado naturalmente converge as apostas para a mais central, ou seja, um aumento de 0,5 ponto percentual.

A ata do encontro adiciona uma informação importante ao dizer que, "diante da elevada incerteza, optou-se por indicar apenas a direção do próximo movimento". Isso significa que, para o Copom, o cenário é incerto e, dessa forma, não tem nada a dizer sobre o tamanho do próximo movimento, a não ser que será de alta. Portanto, ninguém deveria ficar muito confortável achando que houve uma sinalização firme de 0,5 ponto. As outras duas hipóteses estão na mesa e, dado o cenário, que não é bom, seria prudente avaliar com mais cuidado a hipótese de um aumento de 0,75 ponto.

Outro recado importante é que o BC deixou bem em aberto a possibilidade de seguir com o ciclo de aperto.

Setores do mercado achavam que o ciclo poderia acabar porque o Copom citou, no **comunicado**, os "efeitos defasados da política monetária". Ou seja, seria uma indicação de que o Copom pretendia parar e esperar a forte alta de juros se transmitir pelas engrenagens da economia.

A ata, porém, estabelece um claro vínculo das tais defasagens apenas ao ritmo de alta da Selic, não com o tamanho do ciclo: "Em função das defasagens inerentes ao ciclo monetário em curso, o Comitê também julgou apropriado comunicar que o próximo movimento seria de menor magnitude".

O documento passa alguns sinais sobre as condições que seriam necessárias para terminar o ciclo: o comitê "julgou que, em função do cenário adverso para a dinâmica da **inflação**, era apropriado indicar que o ciclo não está encerrado".

Embora seja uma mensagem que se aplica à reunião da semana passada, ela pode ser lida também como uma espécie de função de reação: não dá para parar com um cenário adverso.

O cenário adverso é discutido em vários trechos da ata, e acompanhar a evolução desses indicadores pode ajudar a prever quando o ciclo poderia acabar.

"As expectativas de **inflação**, medidas por diferentes instrumentos e obtidas de diferentes grupos de agentes, elevaram-se novamente em todos os prazos, indicando desancoragem adicional e tornando assim o cenário de **inflação** mais adverso." Tem uma frase nova na ata sobre as expectativas que mostra como essa variável já afeta não só o tamanho do ciclo, mas o tempo pelo qual os juros vão ficar altos. "O cenário de convergência da **inflação** à meta torna-se mais desafiador com expectativas desancoradas para prazos mais longos e exige uma restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado", diz a ata.

Assim, expectativas piorando tornam o cenário mais adverso e, portanto, parece pouco provável que o Copom pare de elevar os juros enquanto essa dinâmica estiver se desenrolando.

A palavra "adverso" aparece em outros trechos. "O cenário de **inflação** de curto prazo segue adverso", diz

a ata. Em seguida, o Copom descreve a evolução três grupos de preços. Um deles são os serviços, cuja **inflação** "acelerou nas observações mais recentes, em contexto de hiato positivo".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1§ion=1>

Outro grupo de preços que evolui de forma negativa são os bens industriais. "O movimento recente do câmbio pressionou preços e margens, já materializado em elevação dos preços no atacado, sugerindo ainda repasse para os preços no varejo nos próximos meses", afirma.

Um terceiro grupo são os preços dos alimentos: "mantêm-se elevados e tendem a se propagar para outros preços no médio prazo em virtude da presença de importantes mecanismos inerciais da economia brasileira".

Há uma outra menção, mais geral, que resume esse cenário adverso. "Enfatizou-se que os vetores inflacionários seguem adversos, como hiato do produto positivo, a **inflação** corrente mais elevada e as expectativas de **inflação** mais desancoradas", diz a ata.

Nas últimas semanas, o mercado havia se animado com os sinais de desaceleração da economia, que poderia levar até a uma flexibilização.

O BC faz jogo duro, dizendo que os dados podem dar uma impressão errada no passado (por revisões), no presente (os dados são ambíguos) e no futuro (com os efeitos da boa safra).

Outra informação nova na ata é o aumento das preocupações com o risco de o aperto monetário não se propagar de forma esperada pela economia.

"O aspecto mais ressaltado foi a relevância da manutenção de canais de política monetária desobstruídos e sem elementos mitigadores para sua ação", diz a ata, sobre a discussão entre seus membros. "A política monetária atua por diferentes canais, dentre eles o crédito." O Copom parece fazer uma menção indireta a iniciativas recentes do governo, como o novo crédito consignado a trabalhadores do setor privado e o uso do Fundo Social para ampliar empréstimos habitacionais à classe média.

"Para o cumprimento de seu mandato e convergência da **inflação** à meta com menores custos, a política monetária deve ser capaz de atuar sem impedimentos em todos os canais", afirma o Copom.

Em resumo, o cenário segue incerto, o que não permite excluir uma alta de 0,75 ponto em de maio; e adverso, o que dá pouca visibilidade sobre quando o ciclo de aperto na Selic vai chegar ao fim.

Tombo da confiança do consumidor assusta investidor nos EUA

Artur Scaff e Luana Reis De São Paulo

Após iniciarem a semana em alta, os ativos americanos tiveram dificuldades para manter o rali na sessão de ontem. Os principais índices de ações de Nova York fecharam em leve alta, enquanto o dólar e os rendimentos dos Treasuries se enfraqueceram após uma nova decepção com a confiança do consumidor americano. Em Wall Street, o índice Dow Jones teve alta de 0,01%; o S P 500 subiu 0,16%; e o Nasdaq avançou 0,46%.

No momento em que a implementação de novas tarifas pelos Estados Unidos bate à porta, a deterioração das expectativas dos americanos sobre a economia se intensificou e reavivou os temores de recessão entre participantes do mercado. Dados do Conference Board mostraram que, em março, o índice de confiança do consumidor caiu para 92,9 pontos, menor nível desde 2021.

Bancos americanos, como Wells Fargo, J.P. Morgan e Jefferies notam que a implementação de tarifas às importações pelo governo de Donald Trump e as incertezas causadas por elas levaram a uma escalada nas expectativas de inflação, o que também teve impacto no sentimento dos consumidores em relação ao desempenho da economia americana.

Os dados do Conference Board também colocam o temor de recessão mais próximo do retrovisor do governo americano.

O subíndice de expectativas dos consumidores caiu para 65,2, o menor nível em 12 anos e bem abaixo do limite de 80 pontos, que costuma ser um sinalizador de uma recessão à frente. A expectativa de inflação média constatada pela pesquisa subiu 0,4 ponto percentual, ao passar de 5,8% para 6,2%.

O mau humor constatado pela pesquisa do Conference Board vai ao encontro de outros dados divulgados recentemente que apontam para um aumento na incerteza na economia americana.

No começo do mês, a Universidade de Michigan, cuja pesquisa é a preferida pelos economistas de mercado para o tema, mostrou o sentimento do consumidor nos EUA no menor nível em mais de dois anos, enquanto as expectativas de inflação de longo prazo tiveram a

maior alta desde 1993.

"As expectativas para o mercado de trabalho no próximo ano na pesquisa de Michigan colapsaram para o pior nível desde a Grande Recessão, enquanto na pesquisa do Conference Board estão 'apenas' no nível mais baixo desde 2013", nota o economista Abiel Reinhart, do J.P. Morgan.

Por outro lado, o economista Thomas Simons, do Jefferies, aponta que não necessariamente os dados de confiança do consumidor estão diretamente atrelados ao consumo das pessoas e que outros dados econômicos mostram que o cenário não é tão alarmante.

No caso das vendas no varejo, houve um aumento de 1% do grupo de controle, aquele que mais se assemelha aos dados de consumo presentes no Produto Interno Bruto (**PIB**), na passagem de janeiro para fevereiro, o que indicou uma forte recuperação após o tombo sofrido pelo comércio varejista americano no início do ano.

"Na maior parte, é justo dizer que a confiança se descolou do gasto real dos consumidores nos últimos anos. Desde a pandemia, a confiança tem oscilado dentro de uma faixa mais baixa do que nos anos que antecederam a covid, mas o gasto tem sido significativamente mais forte", observa Simons.

O economista ainda aponta que, na visão dele e do Jefferies, as tarifas não são um impulso inflacionário.

"Elas causam ajustes pontuais nos níveis de preços dos bens sujeitos à tarifa. Tarifas recíprocas do tipo 'olho por olho' têm o potencial de gerar uma inflação mais alta, mas elas são insustentáveis a longo prazo." Em nota, o UBS Wealth Management aponta que as últimas notícias sugerindo uma abordagem mais direcionada para as tarifas americanas reduziram parte das preocupações sobre a magnitude da guerra comercial.

No entanto, isso ainda precisa ser confirmado pelo governo, que pode mudar de curso rapidamente.

"A ameaça de uma nova escalada tarifária continua sendo uma preocupação central", dizem os profissionais da casa. Eles esperam maior volatilidade

no mercado de ações em abril, mas ainda têm recomendação de compra para as ações americanas.

(Colaborou Cristiana Euclides)

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188149?page=1§ion=1)**